



UC/FPCE\_2018

Universidade de Coimbra  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrolo,  
numa amostra de jovens adultos**

Carolina Oliveira Aguiar (e-mail: carolina.o.aguiar1994@gmail.com)

Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, área de especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, subárea de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação de Doutor António Castro Fonseca (Professor Catedrático, FPCE-UC).

## **Estudo de validação da Escala de Baixo Autocontrole, numa amostra de jovens adultos**

### **Resumo**

O autocontrole é um conceito que tem vindo a ser cada vez mais estudado por especialistas de diversas áreas, uma vez que parece influenciar vários aspetos da vida dos indivíduos. A escala mais utilizada na sua medição é a Escala de Baixo Autocontrole de Grasmick e colaboradores (1993), principalmente por duas razões: a existência de um quadro teórico sólido de referência – a Teoria Geral do Crime –, e as suas qualidades psicométricas documentadas em vários estudos.

A presente investigação teve como principal objetivo o estudo das características psicométricas da Escala de Baixo Autocontrole, adaptada por Fonseca (2002) para a população portuguesa. Para tal, foi utilizada uma amostra de 110 jovens adultos portugueses da população geral, com idades compreendidas entre os 25 e os 30 anos de idade.

A análise da estrutura fatorial da escala foi conduzida através de uma análise fatorial confirmatória. O modelo original de 24 itens distribuídos por seis subescalas obteve um ajustamento global razoável, contudo, quatro dos seus itens revelaram-se problemáticos, na medida em que os seus valores de ajustamento local não atingiram a aceitabilidade, ficando alguns deles muito longe dos valores de referência. Foram testados vários modelos, acabando o modelo unifatorial por se revelar o mais fraco e, em contrapartida, o novo modelo, com a exclusão dos quatro itens com mau ajustamento local, revelou-se o mais adequado. Desta forma, foi sugerida uma nova estrutura fatorial da escala, composta por seis subescalas e 20 itens, utilizada em todas as análises efetuadas subsequentemente. O estudo da confiabilidade demonstrou que, com a eliminação dos itens problemáticos, de forma geral, a consistência interna das subescalas melhorava consideravelmente. A escala apresentou validade convergente com uma medida de 10 itens de autocontrole comportamental e, de modo geral, as suas subescalas correlacionaram-se fortemente. Além disso, as suas propriedades não pareceram variar em função das características da amostra, ou seja, não se verificaram diferenças sociodemográficas estatisticamente significativas entre mulheres e homens, indivíduos solteiros e comprometidos, empregados e desempregados. A análise da validade incremental da escala revelou que

esta explica 32.79% do comportamento anti-social (CAS), sendo as subescalas *Preferência por Tarefas Simples* e *Egocentrismo* aquelas que o predizem significativamente. No teste da hipótese central da Teoria Geral do Crime foram obtidos resultados incongruentes com o que é defendido pelos seus autores, uma vez que, embora o baixo autocontrolo prediga significativamente o CAS e também a variável oportunidade adicione explicação a esse fenómeno, estas duas variáveis explicam apenas metade do comportamento anti-social, o que significa que outros fatores contribuirão igualmente para a sua explicação.

A discussão dos resultados compreende implicações para a avaliação e investigação. Espera-se, apesar da natureza exploratória deste trabalho, que se possa abrir caminho à normalização da escala para a população portuguesa e, indiretamente, contribuir para futuras investigações sobre a relação entre baixo autocontrolo e crime em Portugal.

**Palavras chave:** baixo autocontrolo, teoria geral do crime, comportamento anti-social, qualidades psicométricas, jovens adultos.

## **Validation study of Low Self-Control Scale, on a young adults' sample**

### **Abstract**

Self-control is a construct that has been increasingly more studied by experts in several areas, since it seems to influence several aspects of people's lives. The scale most commonly used for its measurement is Grasmick and colleagues' (1993) Low Self-control Scale, mainly for two reasons: the existence of a solid theoretical framework – the General Theory of Crime – and its psychometric properties, documented in several studies.

The current investigation's main goal was to examine the psychometric properties of the Low Self-control Scale, translated into Portuguese by Fonseca (2002). In order to do so, a sample of 110 young Portuguese adults was gathered, from the general population, including females and males, aged between 25 and 30 years.

The scale's factorial structure analysis was conducted through a confirmatory factorial analysis. The original model, composed of 6 subscales and 24 items, obtained a reasonable general adjustment. Nonetheless, four of its items revealed to be problematic, in the sense that their local adjustment values didn't attain acceptability (some of them were very far from the reference values). Several models were tested. Results showed that the unifactorial revealed to be the weakest, instead a new model, with the four bad local adjustment items excluded, showed to be the most adequate. This led to the suggestion of a new factorial structure for the scale, now composed of 6 subscales and 20 items, and used in all analysis made afterwards on this paper. The reliability analysis demonstrated that in general, with the elimination of the problematic items, the internal consistency of the subscales would improve significantly. The scale showed a convergent validity with a measure of 20 items of comportamental self-control and, in a general way, its subscales correlate strongly as expected. Furthermore, its psychometric properties do not change in function of the sample's characteristics. In other words, no statistically significant differences were found between women and men, single and committed individuals, the employed and the unemployed. Finally, the scale's incremental validity analysis showed that it explains 32,79% of the variance on the antisocial behaviour, with the *Preference for Simple Tasks* and *Egocentrism* being the

subscales that predict it significantly.

In the test of the central hypothesis of the General Theory of Crime, incongruent results were obtained with what is defended by its authors, since, although the low self-control predicts the CAS and also the opportunity variable adds explanation to this phenomenon, these two variables explain only half of antisocial behavior, which means that other factors will also contribute to its explanation.

The results' discussion includes implications to evaluation and investigation. It is hoped that, despite its exploratory nature, the present study opens a path for the scale's normalization, concerning the portuguese population and indirectly contribute for future research on the relationship between low self-control and crime in Portugal.

**Key Words:** low self-control, general theory of crime, antisocial behavior, psychometrical qualities, young adults.

## **Agradecimentos**

Ao Professor Doutor António Castro Fonseca, por toda a tutoria e disponibilidade neste projeto.

À Professora Doutora Isabel Alberto, pelo incentivo e apoio constantes ao longo de todo este percurso.

Ao Sérgio e à Mariana, por toda a ajuda prestada, pela disponibilidade e encorajamento transmitido.

Em especial, aos meus pais, por tornarem a concretização deste sonho possível. A vocês devo tudo. Devo-vos o que sou hoje e tudo o que tenho alcançado. Vocês são o meu porto seguro, a minha força. Obrigada por nunca me deixarem desistir e por me apoiarem incondicionalmente.

Ao Tommy, meu irmão e amigo, pelo apoio, pela força, por rezares por mim todas as noites, por me ajudares a erguer e me defenderes sempre. Sei que estaremos um para o outro para sempre.

Ao Celso, meu namorado, companheiro, melhor amigo, que caminha ao meu lado há oito anos. Pelo teu amor, compreensão e paciência, por acreditares sempre em mim. Por nunca largares a minha mão e me ajudares a levantar depois de todas as quedas. Obrigada por fazeres parte da minha vida.

Ao meu avô Manuel que, já não estando entre nós, me continuou a guiar e iluminar o caminho, e fará sempre parte de mim. A quem devo tanto e de quem tenho tantas saudades, embora saiba que, onde quer que esteja, estará carregado de orgulho.

Às minhas foritas – Ana Beatriz e Sofia -, vocês são a prova de que realmente, na faculdade, fazemos amigos para a vida inteira. Nós sabemos que, mesmo com um oceano a separar-nos, estaremos sempre juntas. Obrigada por tudo. Levo-vos no meu coração.

A cada uma das pessoas, mais ou menos próximas, que ao longo deste percurso me foram enchendo com palavras de carinho e coragem.

Não menos importante, a todos os participantes do meu estudo, que disponibilizaram do seu tempo para responderem aos questionários. Sem vocês não teria sido possível.

Um obrigado jamais será suficiente!

## Índice

Introdução .....	1
I - Enquadramento concetual .....	3
1.1. Autocontrolo/Baixo Autocontrolo .....	3
1.2. Teoria Geral do Crime .....	7
1.3. Baixo Autocontrolo: o seu percurso desenvolvimental .....	10
1.4. Medidas de Autocontrolo .....	12
1.5. Escala de Baixo Autocontrolo .....	15
II - Objetivos .....	18
III - Metodologia.....	18
3.1. Amostra .....	18
3.2. Instrumentos .....	21
3.2.1. Questionário de dados sociodemográficos .....	21
3.2.2. Escala de Auto-Avaliação dos Comportamentos Anti-Sociais .....	21
3.2.3. Escala de Autocontrolo Comportamental .....	22
3.2.4. Escala de Baixo Autocontrolo .....	22
3.2.5. Escala de Oportunidades de Comportamento Desviante.....	23
3.3. Procedimentos .....	24
3.4. Análise de dados .....	25
IV- Resultados .....	26
4.1. Análise preliminar .....	26
4.2. Análise da estrutura fatorial da escala .....	27
4.3. Medidas de dispersão das variáveis em estudo .....	30
4.4. Estudo da confiabilidade das subescalas .....	31

4.5. Análise das correlações interfatores e validade convergente .....	32
4.6. Análise de diferenças sociodemográficas nas variáveis em estudo .....	32
4.7. Medidas atitudinais <i>versus</i> comportamentais de autocontrolo .....	35
4.8. Teste da hipótese central da Teoria Geral do Crime .....	35
V- Discussão .....	36
VI - Conclusões .....	43
Bibliografia .....	45
Anexos .....	54

## Introdução

A transição para a idade adulta é frequentemente descrita como uma das fases mais importantes do desenvolvimento do indivíduo, uma vez que desencadeia mudanças significativas em diversos domínios da sua vida, salientando-se a consolidação de uma identidade própria estável (Fonseca, 2014). Atualmente, os jovens vêm-se confrontados com um maior número de riscos e incertezas, pelo que uma questão que se coloca sistematicamente é a de como responder de forma adequada aos desafios específicos desta idade numa sociedade em constante mudança. Surge, assim, a necessidade de identificar fatores que possam facilitar ou dificultar essa passagem da adolescência para a idade adulta (Fonseca, 2014). Para alguns autores, a resposta parece residir no autocontrolo ou expressões similares (como autorregulação, força de vontade, inibição comportamental, autodisciplina) (Duckworth & Kern, 2011; Moffitt et al., 2011). O autocontrolo é frequentemente definido na literatura como a aquisição de competências como a capacidade de planificação a longo prazo, de adiar a gratificação imediata dos seus desejos, de aceitar o ponto de vista dos outros, de abandonar uma estratégia quando esta se revela inadequada e de fazer escolhas ponderadas em diferentes situações (Steinberg, Cauffman, Woolard, Graham, & Banich, 2009). A sua importância para um bom desempenho em diversos aspetos da vida encontra-se bem documentada em vários estudos provenientes da Psicologia e congéneres (Baumeister, Vohs, & Tice, 2007; Caspi et al., 2016; Fonseca, 2014; Moffitt et al., 2011; Ridder, Mulders-Lensvelt, Finkenauer, Stok, & Baumeister, 2012; Tangney, Baumeister, & Boone, 2004).

Constatada a sua importância, o autocontrolo tem sido utilizado no estudo de diversas questões relacionadas com o desempenho académico e profissional, a alimentação, o comportamento sexual, os comportamentos aditivos de consumo de drogas e abuso de álcool, o relacionamento interpessoal, os comportamentos desviantes, a regulação do afeto, o bem-estar e a adaptação social, e o planeamento e a tomada de decisão (Ridder et al., 2012).

Com base em resultados de investigações longitudinais recentes, Duckworth, Quinn e Tsukayama (2012) defendem que o autocontrolo da

criança constitui um preditor de formas de adaptação social na vida adulta melhor do que outros preditores tradicionais (como a inteligência ou o nível socioeconómico) podendo, assim, constituir o elemento central de futuros programas de intervenção destinados à promoção da saúde e bem-estar das pessoas. De acordo com esta posição, indivíduos com elevado autocontrolo seriam mais capazes de controlar os impulsos e de se adaptarem mais facilmente às exigências de cada situação. Por outro lado, indivíduos com baixo autocontrolo teriam riscos mais elevados de se envolverem num conjunto de problemas individuais e sociais, designadamente no consumo de droga e na delinquência, com comportamentos de risco para a sua saúde e relacionamento interpessoal (Tangney et al., 2004).

Este construto surge ainda como elemento central na definição de responsabilidade criminal. Inúmeros estudos demonstram que o autocontrolo está fortemente correlacionado com os comportamentos criminosos e desviantes (Pratt & Cullen, 2000; Ridder et al., 2012; Vazsonyi, Mikuška, & Kelley, 2017), constituindo um dos preditores mais fortes de crime conhecidos (Pratt & Cullen, 2000). Gottfredson e Hirshi (1990) defendem mesmo que os indivíduos que se envolvem no crime e que nele persistem são os que possuem baixo autocontrolo (hipótese que sustenta a Teoria Geral do Crime, que será explicitada posteriormente), posição partilhada por autores provenientes de outras disciplinas. Os dados que confirmam esta hipótese parecem ser cada vez mais numerosos (Fonseca 2014; Venables et al., 2018).

Na maioria das pesquisas, o autocontrolo tem sido operacionalizado através da Escala de Baixo Autocontrolo, de Grasmick e colegas (1993) (Gouveia, Santos, Guerra, Fonseca, & Gouveia, 2013; Ivert, Andersson, Svensson, Pauwels, & Levander, 2018; Vazsonyi, Mikuška, & Kelley, 2017; Walters, 2016). Em contexto português, destaca-se apenas o estudo Longitudinal de Coimbra, de Fonseca e colaboradores (2008), que visou a adaptação prévia desta escala para a população portuguesa e respetiva obtenção de dados preliminares (Fonseca, 2002), não existindo, tanto quanto se sabe, qualquer outro estudo deste instrumento. Nesse sentido, pesquisas nesse âmbito assumem relevância para o avanço teórico e prático, tanto no domínio da avaliação como do autocontrolo (Gouveia et al., 2013).

Os instrumentos de medida psicológica ocupam, em avaliação

psicológica, um lugar relevante e frequentemente decisivo, mas do ponto de vista de alguns autores insuficientemente conceptualizado (Simões, 2005). Agulhas e Anciães (2015) consideram que devem ser utilizados instrumentos de avaliação psicológica que tenham sido objeto de investigação científica prévia fundamentada, o que inclui estudos psicométricos relativos à sua validade e fiabilidade, bem como dados atualizados e representativos de natureza normativa. Estes devem reunir consenso, à luz da literatura, relativamente às suas características psicométricas e à sua utilidade (Heilbrun, Grisso, & Goldstein, 2009).

Estes últimos aspetos justificaram, assim, a realização do presente estudo cujo principal objetivo consiste na análise psicométrica da Escala de Baixo Autocontrolo, de Grasmick e colaboradores na sua versão original (1993) e adaptada por Fonseca (2002) para a população portuguesa, contribuindo desta forma para a aquisição de dados relativos à mesma que permitam a sua utilização em contexto de avaliação psicológica forense.

## **I – Enquadramento concetual**

### **1.1. Autocontrolo/Baixo Autocontrolo**

Nos últimos anos, muitos são os estudos que integram o autocontrolo como um fator importante na explicação dos comportamentos desviantes. Estudos com base neste construto tiveram uma grande influência em várias disciplinas de estudo como as ciências biológicas e neurociências, criminologia, sociologia, educação, psicologia social e do desenvolvimento (Gouveia et al., 2013; Vazsonyi et al., 2017).

O termo autocontrolo é frequentemente utilizado para designar “a capacidade dos indivíduos para alterar pensamentos, desejos, sentimentos ou comportamentos a fim de melhor se alcançar objetivos ou maximizar ganhos” (Fonseca, p.135, 2014). Este construto refere-se, assim, à capacidade de alterar as próprias respostas, especialmente para colocá-las em concordância com padrões como ideais, valores morais e expectativas sociais, e para sustentar a procura de objetivos de longo prazo. O autocontrolo permite que uma pessoa restrinja ou anule uma resposta, tornando possível a exibição de uma resposta diferente (Baumeister et al.,

2007).

Esta capacidade de substituir ou alterar as respostas interiores, bem como de interromper tendências comportamentais indesejáveis (tais como impulsos) e abster-se de agir sob o seu efeito, está frequentemente associada ao bem-estar mental, social e físico, e ao sucesso em crianças e adultos, refletindo-se num melhor funcionamento psicológico global (Moffitt et al., 2011; Ridder et al., 2012; Tangney et al., 2004). Permite às crianças a regulação das suas emoções, pensamentos ou comportamentos, e está subjacente a muitas competências e capacidades necessárias para se tornarem adultos saudáveis e bem-ajustados (Ridder, et al., 2012). Por exemplo, o baixo autocontrolo na infância está associado a menor felicidade, menor conformidade, baixo desempenho escolar, e a comportamentos desviantes e de oposição, assim como ao abuso de substâncias mais tarde na vida (Duckworth et al., 2012; Moffitt et al., 2011). O autocontrolo inadequado ou baixo tem sido associado a problemas comportamentais e de controlo de impulsos, incluindo excessos, abuso de álcool e drogas, crime e violência, gastos excessivos, jogo, comportamento sexual impulsivo, gravidez indesejada e tabagismo (Arneklev, Grasmick, Tittle, & Bursik, 1993; Baumeister et al., 2007; Gibbs e Giever, 1995; Gottfredson & Hirschi, 1990; Tangney et al., 2004). Também parece estar ligado a problemas emocionais, falta de persistência, fracassos no desempenho de tarefa, problemas de relacionamento, entre outros (Baumeister et al., 2007).

A noção de que as diferenças individuais do autocontrolo se encontram associadas a problemas de saúde mental encontra-se documentada em diversas obras importantes de psicopatologia, nomeadamente no Manual de Diagnóstico e Estatística de Doenças Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2013) (DSM-V). Neste manual, encontram-se referências a perturbações caracterizadas por défice na capacidade de autocontrolo (como por exemplo perturbação do controlo dos impulsos ou diversos distúrbios de personalidade) e a outras definidas por um autocontrolo excessivo (como os problemas de natureza obsessivo-compulsiva). Também outros problemas do foro mental têm aparecido associados ao baixo autocontrolo, tais como a depressão, o distúrbio de hiperatividade, problemas de atenção (c.f. Miller, Barnes, & Beaver, 2011). Num estudo com uma amostra numerosa de jovens universitários concluiu-

se que o baixo autocontrolo estava associado a estratégias de *coping* inadequadas que, conseqüentemente, estariam na origem de problemas de saúde física ou mental (Boals, VanDelle, & Banks, 2011). Deste modo, os dados da investigação empírica sugerem que, por um lado, existem défices de autocontrolo subjacentes a várias formas de psicopatologia (cf. Meehan, Panfilis, Cain, & Clarkin, 2013) e, por outro, indivíduos com forte autocontrolo apresentam menor número de problemas de saúde mental, maior auto-estima e, frequentemente, um desenvolvimento normal ao longo da vida (Fonseca, 2014; Moffit et al., 2011; Tangney et al., 2004).

Por conseguinte, existe um considerável consenso relativamente à sua natureza e importância para o desenvolvimento do indivíduo. Uma vez que, entre as etapas que definem a transição do indivíduo para a vida adulta se encontram novos papéis para os quais o bom desempenho requer um bom autocontrolo (i.e., obtenção de uma qualificação escolar e profissional, exercício de uma profissão que garanta independência financeira e a aquisição de um estatuto social, ao quais geralmente se associam um sentimento de satisfação com a vida), tanto o autocontrolo como o baixo autocontrolo têm conseqüências persistentes para os indivíduos por toda a vida (Mayone & Arneklev, 2015). Gottfredson e Hirschi (1990) descrevem este construto como um fator de risco universal estável, no sentido em que ele contribuiria não só para o aparecimento do crime e de outros comportamentos análogos, mas além disso o seu efeito fazer-se-ia sentir independentemente de raça, género, fases do desenvolvimento ou outras características individuais. Duas meta-análises (Pratt & Cullen, 2000; Vazsonyi et al., 2017) deram suporte a esta proposição da Teoria Geral do Crime, uma vez que os resultados obtidos se mostraram invariantes quando consideradas características individuais.

Uma questão que neste contexto tem sido muito debatida é a que se prende com a dimensionalidade deste construto, desde a criação da Teoria Geral do Crime (Ren, Zhao, & Luo, 2018; Willems et al., 2018). Alguns autores argumentam que o autocontrolo é um construto unidimensional (Piquero, MacIntosh, & Hickman, 2000; Tangney et al., 2004), enquanto outros defendem a sua multidimensionalidade (Duckworth & Steinberg 2015; Williams, Fletcher, & Ronan, 2007). Esta temática será aprofundada posteriormente.

Devido à associação do baixo autocontrolo na infância e início da adolescência a uma grande diversidade de problemas de adaptação na vida adulta, vários investigadores têm alertado para a necessidade do desenvolvimento de programas de intervenção baseados na promoção ou reforço dessa característica da personalidade do indivíduo, na esperança de fomentar a sua saúde e o seu bem-estar e de reduzir o crime (Moffitt et al., 2011). Moffitt e colaboradores (2011) recomendam o treino de autocontrolo numa etapa precoce na infância, e novamente na adolescência, baseados na crença de que quanto mais tarde se intervier sobre ele, mais difícil será de alterá-lo.

De facto, existem indícios de que o autocontrolo pode ser melhorado (Duckworth & Seligman, 2005; Muraven, Baumeister, & Tice, 1999). Alguns estudos mostram que este traço da personalidade, apesar de muito provavelmente ter uma componente genética, é sensível à influência do meio e, conseqüentemente, suscetível de mudança ao longo da vida (Fonseca, 2014). Isto significa que os indivíduos com baixo autocontrolo podem adquirir várias estratégias e competências que os ajudem a superar, desde cedo, esse défice (Duckworth & Seligman, 2005; Muraven et al., 1999; Pratt & Cullen, 2000; Ridder et al., 2012). Um programa que tem gerado atenção crescente e recebido apoio de vários trabalhos científicos é a intervenção *Stop Now and Plan (SNAP)*<sup>1</sup>, que consiste numa técnica cognitiva de autocontrolo comportamental e de solução de problemas, que ajuda as crianças e os seus pais a interromper padrões de comportamento negativos e a substituí-los por opções mais positivas (Baglivio, Wolff, Piquero, Delisi, & Vaughn, 2017). Algumas investigações empíricas relativamente recentes do SNAP, recorrem a desenhos experimentais e produzem resultados muito positivos no comportamento desviante, na delinquência e na violência (Burke & Loeber, 2014).

Neste sentido, o contributo da psicologia na apresentação de estratégias de promoção do autocontrolo poderá permitir que as pessoas vivam vidas mais saudáveis, bem-sucedidas e satisfatórias. Para alguns autores, o autocontrolo poderá constituir um caminho promissor para o alcance destes objetivos, uma vez que parece ser suscetível de progressão em

---

<sup>1</sup> O programa pode ser consultado no seu site oficial: <https://childdevelop.ca/snap/home>.

intervenções psicológicas, até mesmo na idade adulta, e facilitar significativamente o sucesso na vida em diversos domínios (Baumeister et al., 2007).

## **1.2. Teoria Geral do Crime**

Em 1990 Gottfredson e Hirschi apresentaram a Teoria Geral do Crime (GTC), agora conhecida como Teoria do Autocontrole (Higgins, 2007), que procurava explicar o crime e também outros comportamentos considerados desviantes.

Esta é definitivamente uma das teorias criminológicas mais influentes até à data (Pratt & Cullen, 2000; Ridder et al., 2012), uma vez que constitui a doutrina mais amplamente testada, discutida e debatida no domínio criminal (Mayone & Arneklev, 2015). Desde a sua publicação, inspirou e impulsionou uma grande quantidade de estudos teóricos e, especialmente empíricos, que testam a ligação entre o baixo autocontrole e as medidas de crime ou desvio (Engel, 2012; Pratt & Cullen, 2000).

A sua premissa central é a de que a tendência do indivíduo para se envolver em qualquer tipo de crime (atos de força ou fraude executados em busca de interesses pessoais) ou comportamento análogo (atos que, embora não ilegais, são semelhantes ao crime na medida em que também têm benefícios imediatos e consequências a longo prazo, nomeadamente beber, fumar, consumir drogas, condução perigosa, entre outros) resulta do seu baixo controlo combinado com a presença de oportunidade. Assim, de acordo com esses dois autores, o crime pode ser explicado através de dois construtos principais: baixo autocontrole e oportunidade, embora o elemento mais importante seja o baixo autocontrole. Por outras palavras, todos os crimes e comportamentos análogos são o resultado da incapacidade de resistir à tentação quando uma oportunidade para crime ou desvio estiver presente. Desta forma, as diferenças entre os indivíduos na tendência para se envolverem em crimes e comportamentos semelhantes são explicadas por diferenças no autocontrole. Os autores mencionam que também a relação com pares desviantes é consequência do baixo autocontrole.

No âmbito desta teoria, o baixo autocontrole consiste num padrão estável de comportamento que inclui seis componentes principais: 1) impulsividade; 2) preferência por tarefas simples; 3) tendência para a tomada

de risco; 4) preferência por atividades físicas em detrimento de atividades mentais; 5) egocentrismo e indiferença pelas necessidades e desejos dos outros; e 6) temperamento explosivo. A impulsividade diz respeito à incapacidade para adiar a gratificação dos desejos imediatos; a preferência por tarefas simples, refere-se à primazia por esforços fáceis e simples, o que reflete a falta de diligência pessoal, tenacidade e persistência que tendem a caracterizar os indivíduos com baixo autocontrole. A tomada de risco revela a tendência dos indivíduos para se envolverem em comportamentos excitantes, arriscados e/ou emocionantes, ao invés de cautelosos; a preferência por atividades físicas em vez de atividades cognitivas ou mentais, retrata a pouca habilidade e/ou planejamento que o crime parece requerer. Com baixo autocontrole, os sujeitos parecem ser egocêntricos, indiferentes e insensíveis para com o sofrimento e necessidades das outras pessoas, não conseguindo ver os benefícios a longo prazo de investir em instituições sociais. E, finalmente, o temperamento explosivo reflete a tolerância mínima à frustração e pouca habilidade para responder ao conflito verbalmente que as pessoas com esta característica da personalidade possuem, preferindo a utilização de meios físicos (Delisi, Hochstetler, & Murphy, 2003; Gottfredson & Hirschi, 1990).

À semelhança do que acontece com outras características da personalidade, estes traços estão presentes em maior ou menor grau na população geral. Isso significa que os indivíduos que apresentam alguns deles, à partida, não estão condenados a uma carreira delinvente ou anti-social, pois o baixo autocontrole pode ser neutralizado por condições situacionais, ou por outras características do indivíduo, frequentemente designadas na literatura por fatores de proteção. Contudo, aqueles que têm baixo autocontrole e não beneficiam desses fatores de proteção, muito provavelmente manterão relações pobres, falharão na escola, não se sairão bem nas áreas económicas e terão casamentos infelizes (Arneklev, Elis, & Medlicott, 2006).

De acordo com Gottfredson e Hirschi (1990), o baixo autocontrole cristaliza durante a infância permanecendo depois inalterável e condicionando a adaptação do indivíduo nos mais diversos domínios ao longo da vida. Nesse caso, a estabilidade do autocontrole explicaria o motivo dos comportamentos anti-sociais serem estáveis ao longo da vida –

os indivíduos que cometem um número significativo de comportamentos desviantes na infância provavelmente manterão essas condutas noutras fases do ciclo vital (Turner & Piquero, 2002).

Embora não afastando completamente uma eventual influência da hereditariedade, os autores da Teoria Geral do Crime atribuem a origem do baixo autocontrolo sobretudo a uma educação/parentalidade inapropriada proporcionada pelos pais, pautada pela ausência de socialização e disciplina. Ou seja, as crianças que não têm supervisão, que não estabelecem vínculos afetivos com os pais ou que são expostas a modelos desviantes na própria família, não desenvolvem o autocontrolo e, conseqüentemente, correm maiores riscos de desenvolverem comportamento anti-social, delinquência ou de se envolverem no crime (Gottfredson & Hirschi, 1990). De acordo com a GTC, os pais de indivíduos com baixo autocontrolo foram ineficazes e pobres no desenvolvimento de vínculo afetivo com eles, na monitorização do seu comportamento com o propósito de recolher informações comportamentais, no reconhecimento de que o seu comportamento era desviante, e na punição não-corporal do comportamento dos filhos cedo na vida (Higgins, 2007). Cuidadores primários que falham ou são incapazes de investir e participar ativamente nas responsabilidades inerentes à criação dos filhos, não conseguem desenvolver o autocontrolo. Desta forma, as crianças que vivenciam a socialização superficial não têm o bom senso, o poder ou o autocontrolo para atingir sucesso na vida (Delisi et al., 2003). Pelo contrário, quando os comportamentos indesejáveis de uma criança são verificados, reconhecidos e punidos pelos seus cuidadores afetuosos, a criança torna-se “mais capaz de retardar a gratificação, mais sensível aos interesses e desejos dos outros, mais independente, mais disposta a aceitar restrições na sua atividade, e é mais improvável que use força ou violência para atingir os seus objetivos” (Gottfredson & Hirschi, 1990, p.97).

Apesar do seu grande sucesso, esta teoria tem suscitado diversas críticas. Uma das críticas mais fortes consiste no facto de os autores não terem fornecido definição operacional para o baixo autocontrolo, ou seja, só se podia determinar se um indivíduo tinha baixo autocontrolo através dos seus comportamentos desviantes (Arneklev et al., 2006). Outras críticas assentam no facto de, recentemente, terem sido identificados conceitos que incluem a moralidade, a religiosidade e os laços afetivos, que alteram ou

reduzem os efeitos do baixo autocontrole em várias formas de desvio, o que significa que fatores adicionais predizem o envolvimento em comportamentos criminosos e análogos, além do efeito do baixo autocontrole (Mayone & Arneklev, 2015). Por outro lado, Jo e Armstrong (2018) contestam a proposição de Gottfredson e Hirschi que coloca a parentalidade na causa primordial e central do baixo autocontrole, defendendo que os fatores que influenciam o desenvolvimento do autocontrole vão muito além dos modelos parentais. Os mesmos autores, obtiveram resultados representativos de que o efeito de variáveis relacionadas com os colegas, escola e comunidade sobre o autocontrole representam, claramente, uma importante contribuição para nossa compreensão do desenvolvimento desta característica (Jo & Armstrong, 2018). Também a natureza estática da teoria tem sido frequentemente criticada por ser incapaz de explicar apropriadamente as mudanças no comportamento criminoso ao longo da vida e de integrar os contributos importantes de outras instituições sociais, como por exemplo o trabalho, o casamento, a escola e as forças armadas, que podem desempenhar um papel relevante nessas mudanças (Delisi et al., 2003). Independentemente destas e de outras críticas, a maioria das evidências empíricas têm geralmente fornecido suporte às proposições centrais da GTC (Delisi et al., 2003; Longshore, Turner, & Stein, 1996; Gibbs, Giever, & Higgins, 2003; Grasmick et al., 1993; Higgins, 2007; Pratt & Cullen, 2000; Vazsonyi et al., 2017).

### **1.3. Baixo Autocontrole: o seu percurso desenvolvimental**

Como já referido anteriormente, é geralmente aceite que este traço de personalidade é a chave para entender e prever um leque vasto de problemas comportamentais, incluindo comportamentos anti-sociais graves (Gottfredson & Hirschi, 1990; Pratt & Cullen, 2000). Resultados de investigações ao longo de décadas, desde que Gottfredson e Hirschi publicaram a Teoria Geral do Crime, têm fornecido um suporte consistente de que o baixo autocontrole é uma característica individual central que está associada a uma maior probabilidade de cometer crime, independentemente das oportunidades ambientais para esse ato (Venables et al., 2018).

Investigadores distanciaram-se da concetualização do autocontrole

como um traço individual estável para tratá-lo como uma capacidade dinâmica que é condicionada por fatores socioambientais, como debilitação prévia do autocontrole, crenças morais e escolhas, ou características da comunidade (Arneklev, Grasmick, & Bursik, 1999; Tittle, Ward, & Grasmick, 2003).

Outros autores têm sugerido, ainda, que as diferenças no autocontrole, como outras características temperamentais, têm subjacentes, num grau considerável, sistemas biológicos ou biocomportamentais (Venables et al., 2018). De forma geral, a evidência empírica contemporânea favorece a hipótese de que a interação de fatores psicossociais e biocomportamentais estará na origem do autocontrole e, através deste, no crime. Nesta perspectiva, o autocontrole desenvolve-se e geralmente exerce-se em contextos influenciados por outros fatores, nomeadamente estruturas sociais de maior ou menor rigidez. Consequentemente, qualquer teoria de autocontrole que pretenda explicar a delinquência e o crime ou outras formas de inadaptação social na transição para a vida adulta, terá de integrar simultaneamente outros fatores do indivíduo e fatores do meio (Fonseca, 2014).

Esta questão de estabilidade/instabilidade do baixo autocontrole tem sido abordada em diversos estudos longitudinais recentes, que alertam para a necessidade de se distinguir entre estabilidade absoluta e estabilidade relativa. Um desses estudos (Fonseca, 2008), foi realizado em Portugal e mostrou uma redução significativa do baixo autocontrole com a idade. Resultados como este sugerem que, ao contrário do que defendem Gottfredson e Hirschi na sua teoria, existem mudanças importantes no autocontrole que ocorrem muito depois do fim da infância. Assim, não existe estabilidade absoluta neste padrão de comportamento, pelo menos até ao fim da terceira década de vida, o que indica que há a possibilidade de se intervir com sucesso muito para além da infância, com o intuito de aumentar e fortalecer o autocontrole dos indivíduos e, consequentemente, prevenir a delinquência ou outras formas de inadaptação social. Relativamente aos efeitos do baixo autocontrole em várias vertentes da adultez, os resultados obtidos foram congruentes com as conclusões de diversas investigações que têm revelado um efeito negativo, a longo prazo, do baixo autocontrole da adolescência, visível em vários domínios como a delinquência, o consumo

de droga, diversos problemas de saúde mental, desempenho escolar e profissional ou a satisfação com a vida. Uma conclusão importante é a de que algumas características integradas na escala de baixo autocontrolo – impulsividade, tomada de riscos e outras – diminuem substancialmente com a transição para a vida adulta, sendo essa diminuição acompanhada de uma redução do comportamento anti-social, tanto nos homens como nas mulheres (Fonseca, 2008; 2014).

#### 1.4. Medidas de Autocontrolo

Desde 1990, dezenas de estudiosos desenvolveram formas de operacionalizar o autocontrolo e examinar empiricamente o seu poder preditivo (Delisi et al., 2003). As medidas utilizadas para avaliar o baixo autocontrolo, nos estudos destinados a testar as principais hipóteses da GTC, têm variado entre testes neuropsicológicos, tarefas experimentais, escalas de impulsividade e questionários de personalidade. No entanto, há um predomínio evidente do método das escalas de auto-avaliação, provavelmente devido ao facto de serem económicas, simples de administrar e de fornecerem um vasto leque de informações (Fonseca, 2002).

Tem existido uma considerável controvérsia relativamente à preferência por medidas atitudinais *versus* medidas comportamentais de autocontrolo (Higgins, 2007; Tittle et al., 2003; Vazsonyi et al., 2017). Devido às inúmeras críticas, vários autores têm utilizado os dois tipos de medidas (Arneklev et al., 2006; Vazsonyi et al., 2017).

Apesar de a escala de Grasmick e colaboradores (1993) estar correlacionada com o crime, em par com outras medidas comportamentais de autocontrolo, têm surgido várias críticas contra as medidas atitudinais que avaliam este construto (Walters, 2016). Alguns autores alegam que a relação entre uma medida atitudinal e o crime pode ser mais fraca do que a sua relação com uma medida comportamental (Hirschi & Gottfredson, 1993). Após a publicação da Escala de Baixo Autocontrolo, Hirschi e Gottfredson (1993) argumentaram que a Teoria Geral do Crime apresentaria resultados mais consistentes se as medidas comportamentais de autocontrolo fossem aplicadas, ao invés das medidas atitudinais que são usualmente utilizadas para testar a teoria geral. Na mesma ordem de ideias, Pratt e Cullen (2000) defendem que os indicadores comportamentais providenciam um poder

preditivo um pouco mais forte do que os indicadores atitudinais. Para estes autores é normal que assim seja, uma vez que medidas comportamentais de autocontrolo não são teoricamente distintas da variável dependente (crime).

Pelo contrário, Arneklev e colaboradores (2006) obtiveram no seu estudo resultados representativos de que os indicadores atitudinais de baixo-autocontrolo constituem um preditor de crime relativamente mais forte do que os comportamentais. Também Tittle e colegas (2003) obtiveram resultados semelhantes, demonstrando que uma medida comportamental de baixo autocontrolo não tinha uma ligação tão forte com o comportamento criminoso auto-reportado, como a medida atitudinal de Grasmick et al. (1993) de baixo autocontrolo.

Contudo, importa ressaltar que, na sua maioria, os estudos que se têm dedicado à comparação destes dois tipos de medidas de autocontrolo têm sido contraditórios e inconclusivos (Engel, 2012; Vazsonyi et al., 2015; 2017; Walters, 2016). Em diversas pesquisas, os resultados obtidos demonstraram que as medidas comportamentais não constituem melhores preditores de crime, nem são mais adequadas para testar a Teoria Geral do Crime do que as medidas atitudinais. Isto aponta para diferenças não significativas entre os dois tipos de medidas, que não permitem retirar ilações para exclusão ou preferência por um destes dois tipos de medidas de autocontrolo (Engel, 2012; Marcus, 2003; Unnever, Cullen, & Pratt, 2003).

Uma medida popular de autocontrolo é a Escala de Autocontrolo de Tangney, Baumeister e Boone (2004) (*SCS - Self-Control Scale*), um questionário composto por 36 itens. Os respondentes indicam até que ponto cada item reflete a forma como são normalmente numa escala que varia de 1 (de maneira nenhuma) até 5 (muito). Um exemplo de um item é “*Gasto muito dinheiro*”. Os autores criaram uma versão reduzida desta escala (*BSCS - The Brief Self Control Scale*), constituída por 13 dos 36 itens da versão longa original para medir o autocontrolo geral. Assim, embora a escala seja utilizada em diversos estudos, tem recebido várias críticas derivadas de potenciais problemas com sua unidimensionalidade (Honken, Ralston, & Tretter, 2016). Por exemplo, Tangney e colaboradores acreditam que o autocontrolo engloba quatro domínios, nomeadamente controlo dos pensamentos, emoção, impulso e desempenho; assim, estes são medidos na Escala Breve de Autocontrolo.

Uma outra medida conhecida de autocontrole é a Escala Retrospectiva de Autocontrole Comportamental (RBS - *Retrospective Behavioral Self-Control Scale*) de Marcus (2003), composta por 67 comportamentos diferentes com consequências negativas a longo prazo, cometidos por um indivíduo durante a infância, adolescência e idade adulta. Concretamente, 26 desses itens destinam-se a crianças entre os 8 e os 13 anos de idade, 19 são respondidos por adolescentes entre os 14 e os 18 anos de idade, e os restantes (19 itens) são dirigidos a jovens adultos com idades compreendidas entre os 19 e os 25 anos de idade. Esses itens estão distribuídos por oito categorias, de acordo com as respetivas idades de administração dos itens, a saber: má conduta escolar, desvio de propriedade, uso de substâncias, agressão física, desperdício, absentismo/ atraso, violações de trânsito e comportamento social problemático.

Gibbs e Giever (1995) também criaram uma Escala de Autocontrole composta por 40 itens que refletem aspetos cognitivos, afetivos e comportamentais das tendências relacionadas com o autocontrole mencionadas por Gottfredson e Hirschi. Desta fazem parte os itens da escala original de Grasmick e colegas (1993). O objetivo dos autores era fornecer uma medida unitária de autocontrole composta por itens relevantes para estudantes universitários, na qual consideraram as várias dimensões do autocontrole, mas sem se preocuparem com a criação de subescalas específicas ou autónomas. A abordagem de Gibbs e Giever no desenvolvimento dos itens foi tentar capturar a preocupação do respondente pelas consequências das suas ações, numa variedade de contextos que seriam familiares aos estudantes universitários tradicionais. No preenchimento desta escala pede-se aos participantes para indicarem a sua extensão de concordância com o item.

Uma medida que tem sido também utilizada no estudo do autocontrole é a Escala de Impulsividade de Barret (BIS-11; *The Barratt Impulsiveness Scale*; Patton, Stanford, & Barratt, 1995), construída para medir o construto da impulsividade. É sem dúvida o instrumento de auto-relato mais utilizado para medir este construto, tanto na investigação como na prática clínica (Standford et al., 2009). A versão atual da BIS (BIS-11) é composta por 30 itens que descrevem comportamentos e preferências comuns impulsivas ou não impulsivas (itens invertidos). Barratt e a

Sociedade Internacional de Pesquisa em Impulsividade defendem a multidimensionalidade do construto, refletida na estrutura fatorial da escala. Esta, na sua última versão, é composta pelas subescalas de primeira e de segunda ordem. Os fatores de primeira ordem são Atenção, Impulsividade Motor, Autocontrole, Complexidade Cognitiva, Perseverança e Instabilidade Cognitiva, e os de segunda ordem são Impulsividade Atencional, Motor e Não-Planeamento. É respondida numa escala de 4 pontos (o intervalo de resposta varia entre raramente/nunca = 1 e quase sempre/sempre = 4).

Importa ainda referir, neste contexto, dois inventários de personalidade que também têm sido utilizados em alguns estudos na medição do autocontrole. O Inventário Psicológico da Califórnia (CPI) (Gough, 1975 citado em Marcus, 2003) é um instrumento de 49 itens com formato de resposta dicotómica (verdadeiro-falso), que contém uma subescala de autocontrole que engloba elementos de auto-regulação, ausência de impulsividade, e egocentrismo. A segunda medida deste género utilizada na medição do construto em estudo é uma escala derivada do Inventário de Personalidade 16-PF (Cattell, Cattell, & Cattell, 1999 citado em Marcus, 2003), um instrumento breve, composto por 12 itens com três possibilidades de resposta. É usado para avaliar a tendência para resistir a tentações momentâneas e persistir face aos obstáculos, entre outras coisas (Marcus, 2003).

### **1.5. Escala de Baixo Autocontrole (Grasmick, Tittle, Bursik, & Arneklev, 1993)**

Para testar a Teoria Geral do Crime e abordar, em parte, as críticas que lhe foram colocadas, Grasmick e colaboradores (1993) criaram uma medida atitudinal de autocontrole (Arneklev et al., 2006), que desde logo se tornou numa das primeiras e mais influentes medidas de experimentação nos estudos dessa teoria (Mayone & Arneklev, 2015; Wolfe & Hoffmann, 2016). Esta escala representa, assim, um contributo no âmbito dos comportamentos delinquentes e criminosos (Venables et al., 2018), tornando-se no indicador atitudinal de baixo autocontrole mais utilizado (Pratt & Cullen, 2000; Vazsonyi et al., 2017).

Composta por 24 itens, esta escala destina-se à operacionalização das seis dimensões teóricas de baixo autocontrole propostas por Gottfredson e

Hirschi, já descritas anteriormente (Gouveia et al., 2013; Venables et al., 2018). Uma pontuação global elevada representa um nível mais baixo de autocontrole.

Inicialmente o instrumento foi avaliado numa amostra da população geral composta por 365 adultos da cidade de Oklahoma, nos Estados Unidos da América. Aplicando análises de Componentes Principais (PC) e critérios adicionais (como os de Kaiser e Cattell), os autores analisaram soluções de um, cinco e seis fatores, chegando à conclusão de que a melhor estrutura para a escala seria a unifatorial. O conjunto de 24 itens apresentou um bom índice de consistência interna (alfa de Cronbach = .80) (Gramisk et al., 1993). As conclusões a que chegaram Grasmick e colaboradores foram alvo de críticas, sobretudo no que se refere aos critérios de análise das estruturas fatoriais da medida, devido à proposta teórica original de Gottfredson e Hirschi (1990) que concebe o autocontrole como um construto multidimensional (Gouveia et al., 2013).

Alguns estudos obtiveram resultados semelhantes aos originais, em amostras distintas. Contudo, importa ressaltar que, de acordo com os autores da Escala de Baixo Autocontrole, os resultados relativos à sua estrutura fatorial não são conclusivos. Consequentemente, vários estudos que recorreram a esta escala têm-se centrado sobre esta temática da unidimensionalidade vs multidimensionalidade do baixo autocontrole, consistindo também, desta forma, a medida mais utilizada para testar a dimensionalidade do construto (DeLisi et al., 2003; Williams et al., 2007). No entanto, os resultados da investigação têm sido frequentemente contraditórios e inconclusivos, o que sugere a importância de novos estudos sobre o assunto (Fonseca, 2002; Gouveia et al., 2013; Wolfe & Hoffmann, 2016; Ren et al., 2018), constituindo esta uma das principais razões que justificaram o presente estudo.

Relativamente a esta questão, importa mencionar o estudo desenvolvido por Vazsonyi, Pickering, Junger e Helsing (2001), no qual foi utilizada uma amostra de 8.471 participantes de diferentes países. Os resultados obtidos corroboraram a estrutura multifatorial da escala (embora com a eliminação de dois itens e sugerindo um modelo de 22 itens, mantiveram-se os seis fatores), comprovando a sua invariância fatorial em função do sexo, faixa etária e nacionalidade dos participantes. Foram obtidos

valores razoáveis de consistência interna que variaram entre .50 e .76.

De igual forma, outros estudos conduzidos por vários autores, embora com amostras e técnicas variadas, têm demonstrado que o autocontrole se configura perentoriamente em seis fatores, corroborando a estrutura multifatorial da escala (Arneklev et al., 1999; DeLisi et al., 2003; Longshore et al., 1996; Duckworth & Steinberg 2015; Marcus, 2003; Williams et al., 2007). A esse propósito, importa também referir um estudo deste ano conduzido na China com a escala de Grasmick e colegas, que visava testar a dimensionalidade do autocontrole numa amostra de adolescentes chineses. Os resultados apontaram na direção do autocontrole como um construto hierárquico multidimensional (Ren et al., 2018).

Também no Brasil foi conduzido um estudo que teve como objetivo contribuir para a adaptação desta escala para o contexto brasileiro e, mais concretamente, o estudo psicométrico do instrumento. A amostra era constituída por 244 estudantes dos ensinos fundamental e médio. Os resultados apontaram para a existência das seis dimensões operacionalizadas na escala, confirmando a multidimensionalidade do autocontrole. Relativamente à consistência interna, foram observados valores satisfatórios (alfa de Cronbach variou de .62 a .82). A principal conclusão destes autores foi de que a medida pode ser utilizada adequadamente, uma vez que revela evidências de validade de construto (Gouveia et al., 2013).

Porém, outros investigadores defendem que o construto deve ser encarado como uma medida unidimensional, assim como a respetiva Escala de Baixo Autocontrole (Gibbs et al., 2003; Higgins, 2007; Fonseca, 2002; Piquero & Rosay, 1998; Piquero et al., 2000).

Em suma, como inicialmente se referiu, o autocontrole é um construto importante tanto na explicação do desenvolvimento bem-sucedido, como para a explicação de diversos comportamentos desviantes na transição para a vida adulta, o que significa que as possibilidades de utilização desta escala são enormes (Fonseca, 2002). Contudo, a análise crítica dos estudos existentes mostra que há algumas questões relativas a esta medida que necessitam de ser esclarecidas, sobretudo no que diz respeito à sua estrutura fatorial.

## II - Objetivos

A presente investigação pretende dar um contributo para o estudo das qualidades psicométricas da Escala de Baixo Autocontrolo, de Grasmick e colaboradores na sua versão original (1993) e adaptada por Fonseca (2002) para a população portuguesa, numa amostra de jovens adultos.

Desta forma, os objetivos específicos que orientam este estudo são:

- a) Análise das características psicométricas da escala.
  - i. Estudo e análise da sua estrutura fatorial;
  - ii. Estudo da sua consistência interna;
  - iii. Estudo da validade convergente;
  - iv. Análise da validade incremental do instrumento.
  
- b) Explorar as diferenças no autocontrolo atendendo a características sociodemográficas que, com base na literatura e autores já referidos anteriormente, serão consequência do baixo autocontrolo dos indivíduos.
  
- c) Testar a hipótese central da Teoria Geral do Crime, segundo a qual na origem dos comportamentos anti-sociais e outras condutas análogas estaria o baixo autocontrolo.

## III - Metodologia

### 3.1. Amostra

A amostra total – em parte recolhida na população geral e em parte retirada do Estudo Longitudinal de Coimbra – é constituída por 110 participantes, 57 do sexo masculino (51.7%) e 53 (48.2%) do sexo feminino. As idades dos participantes situam-se entre os 25 e os 30 anos de idade, sendo a média 26.37 ( $DP = 1.319$ ) (Min = 25; Máx = 30). A caracterização da amostra encontra-se representada na Tabela 1.

Quanto ao estado civil, 55.5% ( $n = 61$ ) dos participantes são solteiros (inclui os sujeitos divorciados) e 44.5% ( $n = 49$ ) são comprometidos (o que inclui namoro, união de facto e casamento). No que diz respeito aos indivíduos comprometidos, a média da duração da relação é de 5,04 anos

( $DP = 4,041$ ) (Min = 1 ano; Máx = 18 anos). Respeitante à existência ou não de filhos, 92 (83.6%) dos participantes não têm filhos.

Relativamente à escolaridade, 3 (1.8%) dos participantes têm o 6.º ano, 1 (0.9%) tem o 8.º ano, 9 (8.2%) têm o 9.º ano, 1 (0.9%) tem o 10.º ano, 4 (3.6%) têm o 11.º ano, 18 (16.4%) dos indivíduos concluíram o 12.º ano, 28 (25.5%) são licenciados, 11 (10.0%) são pós-graduados, 25 (22.7%) têm o mestrado e 11 (10.0%) são doutorados. No que concerne à situação profissional, 87.3% ( $n = 96$ ) dos participantes encontram-se empregados e 12.7% ( $n = 14$ ) estão desempregados, sendo a média de tempo de desemprego de 1 ano (Min = 1 ano; Máx = 1 ano). Relativamente aos indivíduos empregados, quanto à profissão que exercem, 1 (0.9%) participante desempenha funções da categoria<sup>2</sup> Gerentes, Diretores e Altos Funcionários, 29 (26.4%) da categoria Ocupações Profissionais, 8 (7.3%) exercem funções de Ocupações Profissionais e Técnicas Associadas, 16 (14.5%) dos participantes desempenham Ocupações Administrativas e de Secretariado, 10 (9.1%) dedicam-se às Ocupações Profissionais Qualificadas, 4 (3.6%) dos indivíduos estão inseridos na categoria Cuidar, Lazer e Outras Ocupações de Serviço. Finalmente, 7 (6.4%) dos participantes executam funções na categoria de Vendas e Atendimento ao Cliente, 3 (3.6%) são Operativos de Processo, Planta e Máquina, 17 (15.5%) dedicam-se a Ocupações Elementares e, por último, 2 (1.8%) dos participantes inserem-se na categoria Sem Trabalho<sup>3</sup>.

No que diz respeito a ter ou não curso superior, 82.6% ( $n = 38$ ) dos participantes indicaram que sim e 17.4% ( $n = 8$ ) mencionaram não ter frequentado o ensino superior. Quanto às áreas de estudo, 28 (25.5%) dos sujeitos tiraram cursos da área das Ciências Sociais e Humanas, 4 (3.6%) da área das Ciências da Saúde e 6 (5.5%) frequentaram cursos da área das Ciências e Tecnologias.

No que concerne à prática de atividades de lazer, 65.2% ( $n = 30$ ) dos participantes mencionaram que dedicam parte do seu tempo a alguma atividade (ex: desporto, música) e 34.8% ( $n = 16$ ) indicaram que não. Relativamente à religiosidade, 57.3% ( $n = 63$ ) dos participantes declararam-

<sup>2</sup> Segundo um sistema de classificação das profissões em categorias, do Departamento de Estatísticas do Trabalho dos Estados Unidos (SOC, 2018).

<sup>3</sup> Esta categoria destina-se aos indivíduos que não têm um trabalho passível de ser classificado, incluindo os participantes estudantes.

se praticantes, enquanto que 42.7% ( $n = 47$ ) não se consideraram pessoas devotas.

**Tabela 1. Características sociodemográficas da amostra total.**

Variáveis		<i>n</i>	%	Média (DP)	Min-Máx	
Sexo	Feminino	53	48.2			
	Masculino	57	51.8			
Idade				26.37 (1.319)	25-30	
Estado Civil	Solteiro	61	55.5			
	Comprometido	49	44.5			
Durabilidade da Relação				5.04 (4.041)	1-18	
Filhos	Sim	18	16.4			
	Não	92	83.6			
Escolaridade	6.º ano	2	1.8			
	8.º ano	1	0.9			
	9.º ano	9	8.2			
	10.º ano	1	0.9			
	11.º ano	4	3.6			
	12.º ano	18	16.4			
	Licenciatura	28	25.5			
	Mestrado	11	10.0			
	Pós-Graduação	25	22.7			
	Doutoramento	11	10.0			
Situação Profissional	Empregado	96	87.3			
	Desempregado	14	12.7			
Profissão	Gerentes, Diretores e Altos Funcionários	1	0.9			
	Ocupações Profissionais	29	26.4			
	Ocupações Profissionais e Técnicas Associadas	8	7.3			
	Ocupações Administrativas e de Secretariado	16	14.5			
	Ocupações Profissionais Qualificadas	10	9.1			
	Cuidar, Lazer e Outras Ocupações de Serviço	4	3.6			
	Vendas e Atendimento ao Cliente	7	6.4			
	Operativos de Processo, Planta e Máquina	4	3.6			
	Ocupações Elementares	17	15.5			
	<i>No Work</i>	2	1.8			
	Curso Superior	Sim	38	82.6		

	Não	8	17.4
Área do Curso	Ciências Sociais e Humanas	28	25.5
	Ciências da Saúde	4	3.6
	Ciências e Tecnologias	6	5.5

### 3.2. Instrumentos

Para a realização do presente estudo foi estruturado um protocolo constituído por um questionário de recolha de dados sociodemográficos, e quatro escalas de autorrelato, nomeadamente a Escala de Auto-Avaliação dos Comportamentos Anti-Sociais, a Escala de Baixo Autocontrolo, uma medida de autocontrolo comportamental e a Escala de Oportunidades de Comportamento Desviante. Os instrumentos foram aplicados segundo a ordem pela qual serão descritos de seguida.

#### 3.2.1. Questionário de dados sociodemográficos

Este questionário pretendeu recolher informação relativa ao género, idade, estado civil, escolaridade, situação profissional e sua duração, e indicação referente à existência ou não de filhos. Foram ainda aqui incluídas questões respeitantes ao curso superior obtido, quando for o caso, à prática de atividades de lazer (como desporto ou música), e à religiosidade do participante.

#### 3.2.2. Escala de Auto-Avaliação dos Comportamentos Anti-Sociais (SRA - *Self Report Antisocial Behavior Scale*; Loeber, Farrington, Stouthamer-Loeber, & Van Kammen, 1989; Fonseca, Rebelo, Ferreira, & Cardoso, 1995)

A SRA foi construída originalmente por Loeber e colaboradores (1989) e adaptada para a população portuguesa por Fonseca e colegas (1995). A versão original deste instrumento continha 33 itens destinados a medir comportamentos anti-sociais frequentemente referidos na literatura sobre crianças e adolescentes. Na sua versão atual é bastante mais extensa, incluindo 54 itens relativos a vários comportamentos transgressivos (i.e., roubo, agressão física e não física, tráfico e consumo de droga, problemas com a polícia e com os tribunais, vadiagem).

A informação recolhida através deste instrumento refere-se a dois quadros temporais diferentes: na modalidade de alguma vez na vida a resposta era dicotómica de sim/não; na modalidade dos últimos 12 meses, as opções de resposta podiam variar entre nunca (0), 1 ou 2 vezes (1) e várias vezes (2). No entanto, importa referir que, como este se trata de um estudo com desenho transversal, fez maior sentido utilizar as respostas relativas a acontecimentos próximos da atualidade (últimos 12 meses), do que eventos que possam ter ocorrido há muito tempo e, portanto, sem grande expressão no presente.

Descrito em publicações anteriores, este instrumento, aquando de ter sido objeto de estudos com vista à sua adaptação para a população portuguesa, revelou propriedades psicométricas consideradas satisfatórias (Fonseca, Simões, Rebelo, Ferreira, & Cardoso, 1995).

### **3.2.3. Escala de Autocontrolo Comportamental (Fonseca, 2008)**

Esta escala é constituída pelos primeiros 10 itens da Escala de Auto-Avaliação dos Comportamentos Anti-Sociais, e é utilizada como uma medida de baixo autocontrolo comportamental.

### **3.2.4. Escala de Baixo Autocontrolo (*Low Self-Control Scale*; Grasmick, Tittle, Bursik, & Arneklev, 1993; Fonseca, 2002)**

Criada por Gramisk, Tittle, Bursik e Arneklev (1993) e adaptada por Fonseca (2002) para a população portuguesa, a Escala de Baixo Autocontrolo foi desenvolvida com base na Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990).

A escala tem apresentado valores de consistência interna elevados (alfa de Cronbach > .80) em revisões relativas a esta medida atitudinal de autocontrolo (Arneklev et al., 2006; DeLisi et al., 2003; Longshore & Turner, 1998). Como descrito anteriormente, esta medida é composta por 24 itens distribuídos em seis subescalas correspondentes aos fatores teóricos propostos por Gottfredson e Hirschi (1990): (1) *Impulsividade* (operacionalizada pelos itens 1, 2, 3 e 5; por exemplo, *Faço as coisas impulsivamente, sem parar para pensar*); (2) *Preferência por Tarefas Simples* (itens 4, 6, 7 e 8; por exemplo, *As coisas que são fáceis de fazer são as que na vida me dão maior prazer*); (3) *Tendência para a Tomada de*

*Risco* (itens 9, 10, 11 e 12; por exemplo, *Acho estimulante fazer coisas que me podem trazer problemas*); (4) *Preferência por Atividades Físicas* (itens 13, 14, 15 e 16; por exemplo, *Se pudesse escolher, preferia actividades físicas a actividades que obrigam a pensar*); (5) *Egocentrismo* (itens 17, 18, 19 e 20; por exemplo, *Procuro primeiro tratar de mim, mesmo que isso venha a prejudicar os outros*); e (6) *Temperamento Explosivo* (itens 21, 22, 23 e 24; por exemplo, *Fico irritado com facilidade*). Na versão portuguesa o modo de resposta foi alterado, passando os itens as ser respondidos segundo uma escala de quatro pontos, que varia de 0 (nada) a 3 (muito). A pontuação total da escala indica o grau de baixo autocontrolo percecionado pelo sujeito.

No estudo que visou a sua adaptação para a população portuguesa, a amostra foi constituída por 655 jovens cujas idades oscilavam entre os 15 os 21 anos de idade, na sua maioria a frequentar diversos estabelecimentos de ensino no concelho de Coimbra, e todos eles faziam parte do Estudo Longitudinal de Coimbra. Uma análise preliminar da escala revelou um índice de consistência interna elevado (alfa de Cronbach = .81) e, de um modo geral, uma correlação satisfatória entre cada um dos itens e a escala total. Em termos de validade, obtiveram-se correlações altamente significativas entre os dois tipos de medida utilizados para avaliar o construto – baixo autocontrolo e medidas de comportamento anti-social. Com base nos resultados, os autores concluíram que a escala é mais consistente com a ideia de um construto monofatorial do que com um conceito de baixo autocontrolo multifatorial. No conjunto, os dados pareceram confirmar as hipóteses de Gottfreson e Hirschi, no que diz respeito à relação do autocontrolo com o comportamento anti-social. Contudo, os resultados deste estudo exploratório revelaram que faltam ainda analisar diversos aspetos importantes da escala antes de se poder concluir que se trata de uma medida adequada de baixo autocontrolo e recomendar a sua utilização definitiva, principalmente no que diz respeito à sua estrutura fatorial (Fonseca, 2002).

### **3.2.5. Escala de Oportunidades de Comportamento Desviante (Fonseca, 2008)**

No que se refere à variável oportunidade, foi utilizada esta medida composta por 18 questões sobre o número de amigos do sujeito que se

envolvem em diversos comportamentos desviantes (i.e. quantos consomem drogas pesadas; quantos têm comportamentos legalmente proibidos, tais como roubar ou praticar atos de vandalismo; quantos têm dificuldade em controlar a sua agressividade ou se envolvem frequentemente em brigas). As respostas dos sujeitos variavam entre 0 (nenhum amigo desviante), 1 ou 2, 3 ou 4, e 5 ou mais amigos desviantes.

O pressuposto subjacente à sua construção é o de que quantos mais amigos cada participante tiver nestas condições, maiores serão os riscos de envolvimento em comportamentos anti-sociais.

### 3.3. Procedimentos

Os dados da amostra do projeto *Comportamento anti-social e problemas de saúde mental em jovens adultos: continuidades e descontinuidades*, integrante do Estudo Longitudinal de Coimbra, foram recolhidos na FPCEUC, num processo de seleção aleatória dos indivíduos avaliados no último tempo do estudo (T5), onde as avaliações efetuadas dizem respeito ao período de transição para a idade adulta. A amostra inicial do estudo envolvia três coortes de rapazes e raparigas que, em 1992-1993, se encontravam a frequentar o 2º, 4º e 6º anos de escolaridade, em escolas públicas do Concelho de Coimbra. Posteriormente, os participantes do 2º e 4º anos foram seguidos até ao fim de vintena. A última avaliação teve lugar quando aquelas 2 coortes tinham em média 26-27 e 28-30 anos.

A amostra da população geral foi recolhida pelo método de amostragem de conveniência, sendo os participantes de diversas áreas do território português (essencialmente Açores, Lisboa, Coimbra e Porto). O estudo foi-lhes apresentado, incluindo informação relativa aos objetivos do mesmo e esclarecimentos referentes ao protocolo. Foi explicado aos participantes que a sua colaboração era voluntária, anónima e confidencial, sendo atribuído um código para identificação do protocolo. Após este esclarecimento, foi solicitada a sua colaboração com obtenção do consentimento informado, e preenchido o questionário sociodemográfico. Seguidamente, os participantes responderam ao protocolo de avaliação que, para além do método convencional de papel, esteve também disponível *online*, por meio do *Google Forms*. Por uma questão de ressalva dos instrumentos de avaliação psicológica utilizados, no que diz respeito ao

preenchimento *online*, não era permitido o acesso aos questionários após determinado período de tempo e era exigido que o participante possuísse uma conta associada, para que fosse realizado apenas um preenchimento por sujeito.

### 3.4. Análise de dados

Todas as análises estatísticas foram executadas através dos programas SPSS Statistics (*Statistical Package for Social Sciences* - versão 22.0; IBM corp., 2011) e AMOS (versão 22.0; SPSS Inc, Chicago, IL).

Para examinar a adequação dos dados foram realizadas análises preliminares: Assimetria e Curtose para avaliar a normalidade das variáveis ( $SK < |3|$  e  $Ku < |10|$ , respetivamente; Marôco, 2010), e Estatística da Distância de Mahalanobis para análise de *outliers*. A análise fatorial confirmatória foi de seguida conduzida para avaliar a validade fatorial da Escala de Baixo Autocontrolo numa amostra composta por homens e mulheres da população geral, com o Método da Máxima Verossimilhança (*Maximum Likelihood*) como método de estimação. A qualidade de ajustamento global do modelo fatorial foi feita de acordo com os índices e respetivos valores de referência descritos na Tabela 4.1 de Marôco (2010): Qui-Quadrado ( $\chi^2$ , quanto menor melhor), *Normed Chi-Square* ( $\chi^2/df \leq 2$ , ajustamento bom;  $\leq 5$ , ajustamento sofrível), *Comparative Fit Index* (CFI  $\geq .95$ , desejável;  $\geq .90$ , aceitável;  $< .90$ , ajustamento sofrível; e  $< .80$ , ajustamento mau), *Tucker-Lewis Index* (TLI  $\geq .95$ , desejável;  $\geq .90$ , aceitável;  $< .90$ , ajustamento sofrível; e  $< .80$ , ajustamento mau), *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA  $\leq .05$ , ajustamento muito bom;  $\leq .10$ , ajustamento bom;  $> .10$ , ajustamento inaceitável;  $p \geq .05$ ). A qualidade do ajustamento local foi avaliada pelos pesos factoriais ( $\lambda$ ) e pela fiabilidade individual dos itens ( $R^2$ ), onde  $\lambda \geq .50$  pode ser interpretado como um modelo com validade fatorial e  $R^2 \geq .25$  como itens com fiabilidade interna (Hair, Anderson, Tatham, & Black, 1998). O ajustamento do modelo foi feito a partir dos índices de modificação produzidos pelo AMOS e com base em considerações teóricas. Depois de ajustar o novo modelo, a qualidade do seu ajustamento foi comparada com o ajustamento do modelo original através do teste da diferença do qui-quadrado. Para que o modelo reespecificado seja significativamente melhor do que o original, o valor da diferença dos seus qui-quadrados deve ser

superior ao valor de qui-quadrado correspondente à diferença dos seus graus de liberdade para .95 na tabela de distribuição do qui-quadrado.

A consistência interna da escala foi estudada através do alpha de Cronbach ( $\alpha$ ), interpretado de acordo com os valores de referência de Field (2013) ( $\alpha \geq .9$ , consistência excelente;  $\alpha \geq .8$ , consistência boa;  $\alpha \geq .7$ , consistência aceitável;  $\alpha \geq .6$ , consistência questionável;  $\alpha \geq .5$ , consistência pobre; e  $\alpha < .5$ , consistência inaceitável).

A correlação entre os fatores constituintes da Escala de Baixo Autocontrolo foi analisada por meio do coeficiente de correlação de Pearson ( $p < .05$ , correlação estatisticamente significativa). Para analisar a validade convergente da escala foi estudada a sua correlação com uma medida de autocontrolo comportamental retirada da Escala de Auto-Avaliação dos Comportamentos Anti-Sociais (SRA).

De modo a analisar as diferenças entre grupos foi utilizado o Teste *t de Student* para amostras independentes, sendo considerado para a significância estatística o valor de  $p < .05$ .

A validade incremental da escala foi também avaliada por meio de regressões simples, através da sua comparação com os itens de autocontrolo comportamental, em termos de predição do comportamento anti-social (CAS). Finalmente, o teste da hipótese central da Teoria Geral do Crime foi feito também através do método de regressão simples, mediante a análise de predição do CAS pela escala em estudo e por uma medida de avaliação de oportunidades de comportamento desviante.

## **IV - Resultados**

### **4.1. Análise preliminar**

A análise preliminar revelou valores aceitáveis de Assimetria (SK) e Curtose (Ku) (Marôco, 2010) (ver Tabela 3), que indicam a não violação do pressuposto da normalidade da distribuição dos dados. Para além disso, estes dados parecem ir ao encontro do Teorema do Limite Central, que postula que a partir de  $N > 30$ , a distribuição tende para a normalidade.

A estatística da distância de Mahalanobis ( $D^2$ ) não detetou nenhum *outlier* multivariado. Foram detetados dois *outliers* univariados – subescala

*Tendência para a Tomada de Risco* -, sendo que ambos foram retidos com base na suposição de que a manutenção de *outliers* permite que os dados sejam mais representativos da variabilidade da população em estudo (Kline, 2005; Tabachnick & Fidell, 2007).

No que diz respeito aos *missings*, foram eliminados os participantes que não responderam à totalidade dos questionários.

#### 4.2. Análise da estrutura fatorial da escala

O modelo multifatorial original composto por seis subescalas e 24 itens (Modelo 1) ajustado a uma amostra de 110 participantes demonstrou, na sua generalidade, ter validade fatorial, contudo, os índices revelaram que seis desses itens não têm um bom ajustamento local, não atingindo os valores de referência já mencionados, nomeadamente os itens 8 ( $R^2 = .08$  e  $\lambda = .29$ ), 18 ( $R^2 = .13$  e  $\lambda = .35$ ), 9 ( $R^2 = .11$  e  $\lambda = .40$ ), 2 ( $R^2 = .15$  e  $\lambda = .39$ ), 5 ( $R^2 = .16$  e  $\lambda = .41$ ), e 7 ( $R^2 = .24$  e  $\lambda = .49$ ), apresentando este item índices de ajustamento com valores limítrofes. Relativamente à qualidade de ajustamento global, este modelo obteve um valor elevado no Qui-Quadrado ( $\chi^2(237) = 376.866$ ) do qual se espera que, quanto menor for o seu valor, melhor é o índice (Marôco, 2010). Porém, importa referir que, pelo facto de o Qui-Quadrado ser muito influenciado pelo tamanho da amostra, como alternativa, autores (Tabachnick & Fidell, 2007) têm utilizado duas medidas mais adequadas - o *Normed Chi-Square* ( $\chi^2/df$ ) e o *Comparative Fit Index* (CFI). Assim sendo, para avaliar a qualidade de ajustamento global foram considerados ambos os indicadores. O Modelo 1 obteve bom ajustamento no *Normed Chi-Square* ( $\chi^2/df = 1.590$ ), uma vez que este índice deve estar entre 1 e 2 para constituir um bom ajustamento (Marôco, 2010). Foram observados ajustamentos sofríveis para ambos os índices CFI e TLI (.827 e .799, respetivamente). Foi também analisado o índice *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), uma vez que tem sido considerado um dos índices de ajustamento mais informativos (Diamantopoulos & Siguaaw, 2000 citado em Baião, Gilbert, McEwan, & Carvalho, 2015). Apesar de o valor obtido pelo modelo em questão no RMSEA (.074) revelar um ajustamento aceitável, a análise do seu PCLOSE demonstrou significância ( $p = .004$ ), contrariamente ao que se pretende ( $p \geq .05$ ) (Marôco, 2010). Os índices de

modificação, para melhorar o ajustamento global da escala, sugeriram a correlação dos erros dos itens 1 e 21 (pertencentes a fatores diferentes, nomeadamente *Impulsividade* e *Temperamento Explosivo*), 9 e 10 (integrantes do mesmo fator – *Tomada de Risco*), 8 e 2 (também pertencentes a fatores diferentes – *Preferência por Tarefas Simples* e *Impulsividade*, respetivamente) e, finalmente, dos itens 4 e 5 (o primeiro do fator *Preferência por Tarefas Simples* e o segundo do fator *Impulsividade*). Por esse motivo, foi testado um modelo onde se correlacionaram os erros associados a esses itens, no qual se decidiu correlacionar os erros dos itens pertencentes a fatores distintos, derivado à proximidade de conteúdo desses itens.

Para lidar com estes resultados, foram então testados três modelos: o modelo original composto por seis fatores com 24 itens, mas correlacionando os erros sugeridos pelos índices de modificação (Modelo 2); o modelo no qual se manteve a estrutura fatorial original da escala, mas de onde foram retirados os piores itens, designadamente aqueles que não revelaram bom ajustamento local (Modelo 3); e, finalmente, o modelo unifatorial (Modelo 4) defendido por vários autores, como já referido anteriormente.

O Modelo 2 revelou um melhor ajustamento global através dos índices de ajustamento do modelo ( $\chi^2(233) = 302.881$ ;  $\chi^2/df = 1.300$ ; CFI = .914; TLI = .898; e RMSEA = .052,  $p = .395$ , ou seja, não significativo), o que significa que este modelo funciona bem, na medida em que a sua estrutura é adequada.

Para testar o Modelo 3 foram retirados progressivamente os piores itens: primeiro foi retirado o item 8<sup>4</sup>, depois o 18<sup>5</sup>, o 9<sup>6</sup>, e por último o item 2<sup>7</sup>. Apesar de os itens 5 e 7 não terem atingido (ainda que próximos) os valores mínimos para serem retidos na escala/estrutura, o racional para os manter prendeu-se com o seguinte: no caso do item 5, se fosse retirado do modelo, o fator *Impulsividade* passaria a ser composto por apenas 2 itens, o que não respeitaria a lógica defendida por autores de que uma escala ou

---

<sup>4</sup> Não gosto mesmo nada das tarefas que exigem o máximo das minhas capacidades.

<sup>5</sup> Não tenho muita simpatia pelos outros quando eles estão com problemas.

<sup>6</sup> Gosto de me desafiar a mim próprio(a) fazendo, de vez em quando, coisas que são um pouco perigosas.

<sup>7</sup> Não penso muito nem faço muito esforço para preparar o futuro.

subescala deve conter no mínimo 3 itens (MacCallum, Widaman, Zhang, & Hong, 1999; Raubenheimer, 2004); no caso do item 7, foi decidido mantê-lo pela mesma razão, acrescido do facto de os seus índices de ajustamento local se encontrarem no limite da aceitabilidade ( $R^2 = .24$  e  $\lambda = .49$ ). Assim, ficamos com um instrumento composto por seis subescalas, quatro delas compostas por 3 itens, e as restantes duas mantendo-se com os seus 4 itens originais. Este modelo obteve um bom ajustamento global, com valores de referência de bom ajustamento em todos os índices utilizados ( $\chi^2 (154) = 210.381$ ;  $\chi^2/df = 1.357$ ; CFI = .919; TLI = .90; e RMSEA = .057,  $p = .395$ ).

O Modelo 4 relevou um mau ajustamento global, com um valor elevado de Qui-Quadrado ( $\chi^2 (252) = 624.669$ ), um ajustamento sofrível no *Normed Chi-Square* ( $\chi^2/df = 1.590$ ), mau ajustamento tanto no CFI como no TLI (.539 e .495, respetivamente), e um ajustamento bom no RMSEA, contudo, com um valor de PCLOSE bastante significativo ( $p \leq .001$ ). Os valores dos índices de ajustamento global de todos os modelos testados encontram-se discriminados na Tabela 2.

Em conclusão, foram utilizados vários índices de ajustamento com valor e rigor empírico comprovados que, no seu conjunto, permitem uma avaliação mais rigorosa e completa da qualidade de ajustamento global do modelo fatorial da escala. Os resultados obtidos revelaram que o Modelo 3 é o mais adequado e o mais aconselhável, enquanto que o Modelo 4 (unifatorial) é o mais inapropriado, ou seja, o pior modelo. Por conseguinte, é sugerida uma versão de 20 itens da Escala de Baixo Autocontrolo, onde se mantêm as seis subescalas (Modelo 3), o que significa que nas análises subsequentes utilizar-se-á sempre esta estrutura fatorial (ver Figura 1).

Como referido acima, tudo parece indicar que o Modelo 3 é o que tem melhor ajustamento global. Para avaliar se essa melhoria é considerável, logo se as diferenças entre o modelo original e este novo modelo são estatisticamente significativas, efetuou-se o “Teste da Diferença do Qui-Quadrado”. O cálculo destas diferenças mostrou que o modelo final (Modelo 3 com 20 itens) é significativamente melhor do que o modelo original (Modelo 1 com 24 itens) ( $\chi^2_{dif} = 166.485 > \chi^2_{.95} (83) = 105.267$ ).

Tabela 2. Ajustamento global dos modelos testados (*Model Fit*).

Modelos	$\chi^2$ (gl)	$\chi^2/df$	CFI	TLI	RMSEA (PCLOSE)
<b>Modelo 1 (original)</b>	276.866 (237)	1.590	.827	.799	.074 (.004)
<b>Modelo 2 (erros covariância)</b>	302.881 (233)	1.300	.914	.898	.052 (.395)
<b>Modelo 3 (20 itens)</b>	210.381 (154)	1.357	.919	.90	.057 (.266)
<b>Modelo 4 (unifatorial)</b>	624.699 (252)	2.479	.539	.495	.116 ( $\leq .001$ )

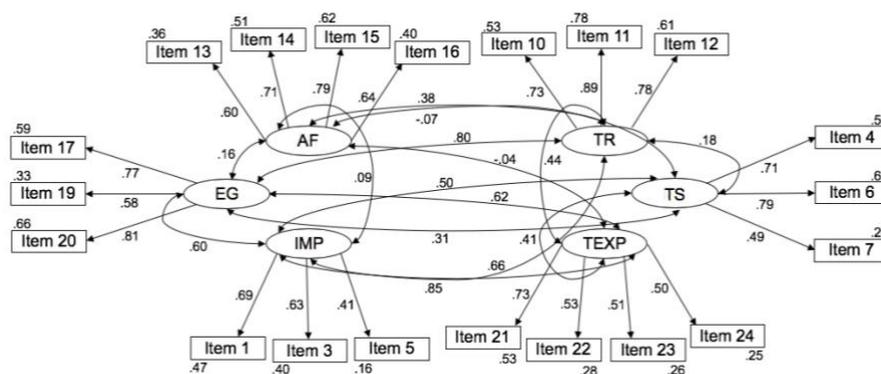


Fig. 1. Análise Fatorial Confirmatória do modelo proposto (Modelo 3 - 20 itens).

### 4.3. Medidas de dispersão das variáveis em estudo

Tabela 3. Média, desvio-padrão, mínimo e máximo, curtose (Ku) e simetria (Sk).

Variáveis	M	DP	Min-Máx	Ku	Sk
<b>AC_Impulsividade</b>	2.33	1.57	0-9	2.21	1.01
<b>AC_TarefasSimples</b>	1.69	1.49	0-5	-.59	.56
<b>AC_TomadaDeRisco</b>	.86	1.51	0-8	5.56	2.24
<b>AC_AtividadesFísicas</b>	4.17	2.76	0-11	-.52	.31
<b>AC_Egocentrismo</b>	.065	1.14	0-6	4.61	2.05
<b>AC_TemperamentoExplosivo</b>	2.57	1.91	0-8	-.13	.54

Estes resultados indicam-nos que o fator cujos valores são mais elevados e onde, em média, os participantes obtiveram maior pontuação, é o de *Preferência por Atividades Físicas*, seguido do *Temperamento Explosivo* e *Impulsividade*. A pontuação máxima obtida foi de 11 na subescala *Preferência por Atividades Físicas* e a mínima foi de 0 em todas as subescalas.

#### 4.4. Estudo da confiabilidade das subescalas

A análise da consistência interna da Escala de Baixo Autocontrole, determinada pelo coeficiente alfa de Cronbach, registou nas suas subescalas valores que variam de  $\alpha = .59$  a  $\alpha = .82$ , variando, então, entre consistência pobre e boa consistência. A subescala *Impulsividade* obteve o valor mais baixo de alfa ( $\alpha = .59$ ); na subescala *Preferência por Tarefas Simples*, o resultado obtido é indicador de consistência questionável, a tender para consistência razoável ( $\alpha = .68$ ); na *Tendência para a Tomada de Risco*, o valor obtido representa boa consistência ( $\alpha = .82$ ); na *Preferência por Atividades Físicas* e no *Egocentrismo* foram observados valores razoáveis de alfa ( $\alpha = .78$  e  $\alpha = .71$ , respetivamente); e no *Temperamento Explosivo* o resultado obtido é de um valor questionável de alfa ( $\alpha = .66$ ). No geral, pontuações em alfa superiores a .70 são consideradas aceitáveis (Field, 2013), o que significa que três das seis subescalas apresentam valores inferiores ao recomendável. Contudo, outros autores defendem que tal só deve ser considerado, em rigor, se as escalas/fatores forem constituídos por pelo menos 10 itens (Lance, Butts, & Michels, 2006).

Verificou-se que, de modo geral, a consistência interna das subescalas melhorou consideravelmente com a retirada dos itens problemáticos (no caso da *Preferência por Tarefas Simples*, com o item incluído a consistência diminuía de  $\alpha = .68$  para  $\alpha = .60$ ; na *Tendência para a Tomada de Risco* minorava de  $\alpha = .82$  para  $\alpha = .75$ ; e, no *Egocentrismo* reduzia de  $\alpha = .71$  para  $\alpha = .69$ ). A única exceção foi o fator *Impulsividade*, no qual a consistência piorou com a retirada do item problemático, diminuindo de  $\alpha = .61$  para  $\alpha = .59$ .

#### 4.5. Análise das correlações interfatores e validade convergente

De um modo geral, as subescalas estão significativamente correlacionadas umas com as outras e na direção esperada. Ainda assim, foram encontrados alguns dados inesperados, como por exemplo a não significância da correlação entre a subescala *Preferência por Atividades Físicas* e outras três, nomeadamente *Preferência por Tarefas Simples* ( $r = -.34, p = .727$ ), *Egocentrismo* ( $r = .154, p = .108$ ), e *Temperamento Explosivo* ( $r = -.35, p = .719$ ), assim como entre as subescalas *Tendência para a Tomada de Risco* e *Preferência por Tarefas Simples* ( $r = .124, p = .197$ ).

Para a análise da validade convergente, foram analisadas as correlações entre as subescalas constituintes da Escala de Baixo Autocontrolo e os itens de autocontrolo comportamental. Os resultados obtidos demonstraram que estas duas medidas se correlacionam fortemente, excepto nas subescalas *Preferência por Tarefas Simples* ( $r = .078, p = .416$ ) e *Preferência por Atividades Físicas* ( $r = .108, p = .263$ ).

Os resultados das correlações de Pearson encontram-se nos anexos (Anexo A).

#### 4.6. Análise de diferenças sociodemográficas nas subescalas em estudo

Como referido anteriormente, um dos objetivos específicos deste estudo passava por estudar as diferenças sociodemográficas no autocontrolo, atendendo principalmente àquelas que, de acordo com a literatura, serão consequência do baixo autocontrolo dos indivíduos, nomeadamente dificuldade em manter relações duradouras e empregos estáveis. Assim sendo, as variáveis em estudo são o género (Feminino ou Masculino), estado civil (Solteiro ou Comprometido) e situação profissional (Empregado ou Desempregado).

Em relação ao género, como se pode observar na tabela seguinte (Tabela 4), apenas se verificam diferenças estatisticamente significativas no fator *Temperamento Explosivo* ( $t = .890, p = .029$ ), sendo as mulheres o grupo que exhibe mais esta característica do baixo autocontrolo (sexo feminino:  $M = 3.019, DP = 2.179$ ; sexo masculino:  $M = 2.158, DP = 1.521$ ).

Tabela 4. Resultados em função do género.

Género	M	DP	t	p (sig)
<b><i>Impulsividade</i></b>			1.300	.120
Feminino	2.528	1.750		
Masculino	2.140	1.369		
<b><i>Preferência por Tarefas Simples</i></b>			1.592	.726
Feminino	1.925	1.517		
Masculino	1.474	1.453		
<b><i>Tendência para a Tomada de Risco</i></b>			1.043	.579
Feminino	1.019	1.407		
Masculino	.719	1.590		
<b><i>Preferência por Atividades Físicas</i></b>			-.011	.808
Feminino	4.170	2.772		
Masculino	4.175	2.765		
<b><i>Egocentrismo</i></b>			.890	.696
Feminino	.755	1.072		
Masculino	.561	1.195		
<b><i>Temperamento Explosivo</i></b>			.890	.029*
Feminino	3.019	2.179		
Masculino	2.158	1.521		

\*  $p < .05$ 

Relativamente ao estado civil, podemos verificar pela tabela seguinte (Tabela 5) que apenas existem diferenças estatisticamente significativas entre indivíduos solteiros e comprometidos nos fatores *Tendência para a Tomada de Risco* ( $t = 1.364$ ,  $p = .037$ ) e *Egocentrismo* ( $t = 1.244$ ,  $p = .046$ ), sendo que no caso deste último as diferenças existentes estão no limiar da significância. O grupo de indivíduos solteiros é expectavelmente aquele que obtém resultados superiores em ambas as subescalas, evidenciando-se essas diferenças, como referido, no fator *Tendência para a Tomada de Risco* (solteiro:  $M = 1.033$ ,  $DP = 1.683$ ; comprometido:  $M = .653$ ,  $DP = 1.234$ ).

Tabela 5. Resultados em função do estado civil.

Estado Civil	M	DP	t	p (sig)
<b><i>Impulsividade</i></b>			.492	.625
Solteiro	2.393	1.595		
Comprometido	2.245	1.548		
<b><i>Preferência por Tarefas Simples</i></b>			-.402	.390
Solteiro	1.639	1.461		

<b>Comprometido</b>	1.755	1.548		
<b>Tedência para a Tomada de Risco</b>			1.364	.037*
<b>Solteiro</b>	1.033	1.683		
<b>Comprometido</b>	.653	1.234		
<b>Preferência por Atividades Físicas</b>			.518	.413
<b>Solteiro</b>	4.295	2.532		
<b>Comprometido</b>	4.020	3.031		
<b>Egocentrismo</b>			1.244	.046*
<b>Solteiro</b>	.771	1.296		
<b>Comprometido</b>	.510	.893		
<b>Temperamento Explosivo</b>			.107	.365
<b>Solteiro</b>	2.590	1.986		
<b>Comprometido</b>	2.551	1.826		

\*  $p < .05$

Finalmente, no que diz respeito à variável situação profissional, os resultados obtidos, que constam na tabela subsequente (Tabela 6), demonstram que não existem diferenças estatisticamente significativas entre sujeitos empregados e desempregados.

Tabela 6. Resultados em função da situação profissional.

Estado Civil	M	DP	t	p (sig)
<b>Impulsividade</b>			2.506	.538
<b>Desempregado</b>	3.286	1.326		
<b>Empregado</b>	2.188	1.558		
<b>Preferência por Tarefas Simples</b>			.444	.376
<b>Desempregado</b>	1.857	1.703		
<b>Empregado</b>	1.667	1.470		
<b>Tedência para a Tomada de Risco</b>			1.124	.474
<b>Desempregado</b>	1.286	1.729		
<b>Empregado</b>	.802	1.470		
<b>Preferência por Atividades Físicas</b>			-.561	.542
<b>Desempregado</b>	3.786	3.093		
<b>Empregado</b>	4.229	2.716		
<b>Egocentrismo</b>			1.999	.150
<b>Desempregado</b>	1.214	1.311		
<b>Empregado</b>	.573	1.093		
<b>Temperamento Explosivo</b>			1.660	.291
<b>Desempregado</b>	3.357	2.240		
<b>Empregado</b>	2.458	1.841		

#### 4.7. Medidas atitudinais versus comportamentais de autocontrole

Por forma a testar qual das medidas de autocontrole – as subescalas atitudinais em estudo ou os itens comportamentais – adicionam mais explicação ao comportamento anti-social (CAS), foram utilizados os 10 itens de autocontrole comportamental ( $\alpha = .61$ ) e a SRA como medida de comportamento anti-social ( $\alpha = .77$ ). A regressão simples efetuada demonstrou que os itens de autocontrole comportamental explicam 27.2% do CAS, enquanto que as subescalas atitudinais da Escala de Baixo Autocontrole explicam 32.79% do CAS, sendo as subescalas *Preferência por Tarefas Simples* e *Egocentrismo* aquelas que o predizem significativamente. O modelo (itens comportamentais e atitudinais de autocontrole) explica 50% do comportamento anti-social. Importa ressaltar que os itens comportamentais não perdem significância quando se adicionam as subescalas atitudinais.

Ainda que a escala de autocontrole comportamental utilizada neste trabalho (para as análises estatísticas) resulte de uma escala que mede o CAS e, portanto, esteja, como esperado, altamente associada a essa medida ( $r = .528$ ,  $p \leq .01$ ), a escala atitudinal de autocontrole continua a contribuir significativamente para a variância do comportamento anti-social.

#### 4.8. Teste da hipótese central da Teoria Geral do Crime

Para testar o pressuposto central da teoria – o crime e comportamentos análogos podem ser explicados através de dois construtos principais, o baixo autocontrole e a oportunidade – foi utilizada a Escala de Oportunidades de Comportamento Desviante como medida de oportunidade e a SRA como medida de comportamento anti-social. Os resultados obtidos por meio de uma regressão simples demonstraram que as subescalas da Escala de Baixo Autocontrole explicam 40.8% do CAS, sendo os fatores *Preferência por Tarefas Simples*, *Tendência para a Tomada de Risco* e *Egocentrismo* aqueles que o predizem significativamente. Quando se adiciona a medida de oportunidade, o modelo explica 52.2% do fenómeno, o que significa que a oportunidade contribui aproximadamente com 12% para a explicação do CAS.

## V - Discussão

Desde a publicação da Teoria Geral do Crime (Gottfredson & Hirschi, 1990), o baixo autocontrolo tem sido um grande foco de investigações (Ren et al., 2018) constituindo-se como um forte preditor do crime e dos comportamentos anti-sociais (Delisi et al., 2003; Longshore, Turner, & Stein, 1996; Gibbs et al., 2003; Grasmick et al., 1993; Higgins, 2007; Pratt & Cullen, 2000; Vazsonyi et al., 2017). Este traço de personalidade tem sido associado a diversos problemas, (i.e., delinquência, consumo de droga, problemas de saúde mental, fraco desempenho académico, dificuldades de adaptação ao trabalho) (Baumeister et al., 2007; Fonseca, 2014; Moffitt et al., 2011; Ridder et al., 2012; Tangney et al., 2004). Dada a gravidade destas problemáticas, a correta identificação de tais indivíduos torna-se uma tarefa importante, assim como a criação de programas destinados à promoção e desenvolvimento do autocontrolo e, desta forma, evitar ou diminuir o risco de insucesso na transição para a vida adulta. Para tal, é necessário um instrumento robusto, com boa qualidade psicométrica (Fonseca, 2002). A escala mais utilizada na medição deste construto é a Escala de Baixo Autocontrolo de Grasmick e colaboradores (1993) (Ivert et al., 2018; Gouveia et al., 2013; Vazsonyi et al., 2017; Walters, 2016), contudo, em contexto português, não existem estudos que se tenham dedicado a este instrumento, destacando-se apenas o estudo preliminar que visou a sua adaptação para a população portuguesa (Fonseca, 2002).

Desta forma, a presente investigação pretendeu estudar as propriedades psicométricas desta escala numa amostra de jovens adultos, através da análise da sua estrutura fatorial, consistência interna, correlação interfatores e validade convergente, estudo da sua variação em função de características sociodemográficas e, finalmente, análise da sua validade incremental.

Apesar de o modelo original da escala (24 itens distribuídos por 6 fatores) ter demonstrado um ajustamento global adequado, os índices revelaram que alguns dos seus itens não têm um bom ajustamento local, o que desencadeou o teste de várias estruturas fatoriais alternativas. Os resultados da análise fatorial confirmatória sugerem que a estrutura fatorial da Escala de Baixo Autocontrolo com melhor ajustamento é o modelo de seis fatores composto por 20 itens (Modelo 3), o que corrobora a estrutura

multifatorial da escala e a multidimensionalidade do construto comprovadas por vários estudos (Arneklev et al., 1999; DeLisi et al., 2003; Longshore et al., 1996; Duckworth & Steinberg 2015; Gouveia et al., 2013; Marcus, 2003; Ren et al., 2018; Vazsonyi et al., 2001; Williams et al., 2007). Dos itens iniciais, foram eliminados progressivamente os piores, designadamente os itens 8, 18, 9 e 2, uma vez que não atingiram os valores aceitáveis de ajustamento local. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos que recorreram à escala e/ou se dedicaram ao estudo das suas características psicométricas, nos quais os itens 2, 8 e 9 também foram retirados por já apresentarem valores inaceitáveis, sugerindo que os mesmos não contribuem para a validade de construto da escala/do fator (Higgins, 2007; Longshore et al., 1996; Vazsonyi et al., 2001). Adicionalmente, ainda que os itens 5 e 7 tenham obtido resultados abaixo dos valores de referência, a decisão de os reter na escala prendeu-se com o facto de os seus valores de ajustamento local serem os mais próximos da aceitabilidade (em relação ao item 7, os seus valores encontram-se mesmo no limite da aceitabilidade) e de, caso eles fossem excluídos do modelo, duas subescalas passarem a ser constituídas por apenas 2 itens, o que não respeitaria o princípio defendido por autores de que uma escala ou subescala deve ser composta no mínimo por 3 itens (MacCallum, Widaman, Zhang, & Hong, 1999; Raubenheimer, 2004).

Foi também testado um modelo de erros de covariância (Modelo 2), no qual foram correlacionados os erros de itens sugeridos pelos índices de modificação. Relativamente à decisão de correlacionar os erros dos itens, é importante notar que a decisão de correlacionar erros de itens pertencentes a fatores distintos, baseou-se no pressuposto teórico da proximidade de conteúdo dos itens (Delisi et al., 2003). Neste caso, tal foi efetuado porque se verificou que esses itens são conceitualmente semelhantes. Concretamente, analisando os itens cujos erros foram correlacionados verificamos isso: o item 1 (*Faço as coisas impulsivamente, sem parar para pensar*) pertencente ao fator *Impulsividade*, e o item 21 (*Irrito-me e descontrolo-me facilmente*) do fator *Temperamento Explosivo*, têm uma enorme semelhança em termos de conteúdo, uma vez que o item 21 pode ser interpretado como “agir impulsivamente”, o que corresponde ao teor do item 1; relativamente aos itens 8 (*Não gosto mesmo nada das tarefas que exigem o máximo das minhas capacidades*) do fator *Preferência por Tarefas Simples*, e ao item 2

(*Não penso muito nem faço muito esforço para preparar o futuro*) do fator *Impulsividade*, podemos verificar exatamente o mesmo – uma semelhança de conteúdo, podendo o item 2 ser interpretado como preferência por tarefas simples, em detrimento daquelas que exigem esforço e habilidade mental; finalmente, o item 4 (*Evito coisas que sei que são difíceis*) do fator *Preferência por Tarefas Simples* assemelha-se ao item 5 (*Preocupo-me mais com o que me pode acontecer a curto prazo do que com o que me pode acontecer a longo prazo*) da *Impulsividade*, uma vez que evitar tarefas difíceis e, nessa direção, evitar o planejamento de objetivos a longo prazo, e preferir a gratificação imediata, não refletindo sobre as consequências das suas ações a longo prazo, são ambas características de um indivíduo impulsivo. Neste sentido, ainda que os dados mostrem inequivocamente que cada um destes itens satura exclusivamente no fator a que pertence, é possível hipotetizar, através da análise do conteúdo dos itens, que os pares de itens correlacionados partilhem elementos explicativos comuns e/ou avaliem outras componentes não concebidas.

Para além disso, uma vez que vários autores tinham sugerido uma estrutura unifatorial da escala (Gibbs et al., 2003; Higgins, 2007; Fonseca, 2002; Piquero & Rosay, 1998; Piquero et al., 2000), foi ainda experimentado esse modelo (Modelo 4). Este revelou-se o pior dos modelos testados, com um mau ajustamento, sugerindo, assim, que a Escala de Baixo Autocontrolo não deve ser usada segundo esta estrutura, corroborando então a sua estrutura multifatorial.

Importa referir que, apesar de os Modelos 2 e 3 terem obtido valores semelhantes de ajustamento, sendo alguns ligeiramente melhores e outros ligeiramente piores, a conclusão acerca de qual o melhor modelo deve aliar aspetos estatísticos, assim como práticos da aplicação do instrumento. É de notar que o Modelo 2 vê o seu ajustamento melhorar meramente como resultado de um artefato estatístico: a correlação dos erros dos itens. Na prática, se aplicássemos a escala com esta estrutura fatorial, estaríamos, em rigor, a aplicar a versão original da escala cujo ajustamento local identificou itens problemáticos. Correlacionar os erros de itens significa apenas melhorar artificialmente (em termos meramente estatísticos) esses itens ao “forçar” a sua correlação. Assim sendo, em termos da aplicabilidade prática do instrumento, o Modelo 2 tem a mesma qualidade psicométrica do modelo

original, uma vez que a sua estrutura permanece exatamente a mesma. Por esta análise crítica e compreensiva dos dados, conclui-se que o Modelo 3 é o que apresenta melhor ajustamento.

No que diz respeito à confiabilidade da escala, avaliada pelo alfa de Cronbach, verificaram-se valores que variaram entre uma consistência pobre e boa consistência. A subescala *Impulsividade* foi aquela que obteve o valor mais baixo de alfa ( $\alpha = .59$ ), o que vai ao encontro de outro estudo no qual esta subescala também obteve o valor mais pobre deste coeficiente ( $\alpha = .50$ ) (Vazsonyi et al., 2001). Este valor pobre de alfa obtido neste fator e o valor questionável alcançado no fator *Preferência por Tarefas Simples* ( $\alpha < .70$ ), podem ser explicados pelo pressuposto defendido por autores de que o valor de referência de alfa para a aceitabilidade ( $\alpha \geq .70$ ) só deve ser considerado, em rigor, para escalas/fatores com pelo menos 10 itens (Lance et al., 2006), sendo que estas foram duas das subescalas das quais foram retirados itens, ficando constituídas por apenas 3 itens. Nesse sentido, é esperado que quanto menor o número de itens num fator, menor o valor de alfa, o que não significa, necessariamente, que esse valor seja representativo de baixa consistência interna. Contudo, importa ressaltar que, apesar destes valores de alfa obtidos, de forma geral, a consistência interna das subescalas melhorou consideravelmente com a retirada dos itens problemáticos (no caso da *Preferência por Tarefas Simples*, sem a exclusão do item, a consistência diminuía de  $\alpha = .68$  para  $\alpha = .60$ ; na *Tendência para a Tomada de Risco* minorava de  $\alpha = .82$  para  $\alpha = .75$ ; e, no *Egocentrismo* reduzia de  $\alpha = .71$  para  $\alpha = .69$ ). Neste âmbito, é ainda importante referir que, de acordo com outros autores, os valores de alfa obtidos nas subescalas *Preferência por Tarefas Simples* ( $\alpha = .68$ ) e *Temperamento Explosivo* ( $\alpha = .66$ ) são considerados aceitáveis, em vez de questionáveis (Churchill & Peter, 1984).

Relativamente às correlações interfatores, no geral, os resultados revelaram que as subescalas estão significativamente correlacionadas umas com as outras. Contudo, verificaram-se dados imprevistos como a não significância das correlações entre a subescala *Preferência por Atividades Físicas* e outras três: *Preferência por Tarefas Simples*, *Egocentrismo* e *Temperamento Explosivo*. Esta inexistência de correlações entre o fator *Preferência por Atividades Físicas* e os outros três mencionados, pode dever-se à forma como a população que compõe a amostra do estudo

interpretou os itens; ou seja, esses itens podem ter sido interpretados numa perspectiva de atividade física como sinónimo de saúde e bem-estar e, portanto, associados a *outputs* comportamentais positivos, ao invés de terem sido analisados numa perspectiva de autocontrolo e dos comportamentos desviantes.

A validade convergente da Escala de Baixo Autocontrolo foi avaliada a partir da sua correlação com a Escala de Autocontrolo Comportamental retirada da SRA. Os resultados obtidos demonstraram que estas se correlacionam fortemente, exceto nas subescalas *Preferência por Tarefas Simples* e *Preferência por Atividades Físicas*, o que vai ao encontro de outros estudos que apontaram para correlações significativas entre a escala de Grasmick e colaboradores e medidas de comportamento anti-social (Fonseca, 2002; Meehan et al., 2013).

Foram ainda estudadas diferenças no autocontrolo atendendo a características sociodemográficas que, de acordo com a literatura revista, serão consequência do baixo autocontrolo dos indivíduos, nomeadamente dificuldade em manter relações duradouras e empregos estáveis. Em relação ao género, apenas se verificaram diferenças estatisticamente significativas no fator *Temperamento Explosivo*, sendo as mulheres o grupo que mais exhibe esta característica de baixo autocontrolo. Tais resultados podem ser explicados pela redundância dos itens que compõe esta subescala (*Irrito-me e descontrolo-me facilmente; Quando estou zangado(a) com as outras pessoas sinto mais disposição para as magoar do que para lhes explicar por que é que estou zangado(a); Quando estou verdadeiramente chateado(a) é melhor que os outros se mantenham afastados; e Quando tenho um desentendimento grave com alguém, é-me difícil falar sobre isso sem ficar transtornado(a)*), o que significa que os participantes podem tê-los interpretado num sentido de resolução verbal de conflitos, por meio da discussão oral, em vez da violência física. Assim sendo, é razoável concebermos que as mulheres obtenham pontuações mais elevadas nesta subescala do que os homens, como é demonstrado pelos resultados de um estudo no qual as mulheres foram percecionadas como mais expressivas, sensíveis e menos agressivas e violentas, em termos agressão física, por comparação com sexo masculino (Poeschl, Múrias, & Costa, 2004). Relativamente ao estado civil, foram observadas diferenças estatisticamente

significativas entre indivíduos solteiros e comprometidos apenas nos fatores *Tendência para a Tomada de Risco* e *Egocentrismo*, sendo que no caso deste último as diferenças situaram-se no limiar da significância. O grupo de indivíduos solteiros é, como expetável, aquele que obtém resultados superiores em ambas as subescalas. No que diz respeito à situação profissional, não foram observadas quaisquer diferenças entre sujeitos empregados e desempregados. Os resultados obtidos, de uma forma geral, são congruentes com o que foi alcançado noutros estudos, nos quais os seus resultados se mostraram invariantes quando consideradas características individuais da amostra, incluindo o género e o estado civil (Gottfreson & Hirschi, 1993; Pratt & Cullen, 2000; Vazsonyi et al., 2017). Contudo, autores argumentam que esta escala não é capaz de fornecer resultados adequados para as diferenças de género, porque não é capaz de captar adequadamente o baixo autocontrolo em homens e mulheres (Bond & Fox, 2001 citado em Higgins, 2007).

Devido à enorme controvérsia que surgiu entre as medidas atitudinais e comportamentais de autocontrolo (Higgins, 2007; Tittle et al., 2003; Vazsonyi et al., 2017), foi analisada a validade incremental da escala com vista a verificar qual destes dois tipos de medidas prediz mais significativamente o comportamento anti-social. Para isso, foi utilizada a Escala de Autocontrolo Comportamental e a Escala de Auto-Avaliação dos Comportamentos Anti-Sociais como medida de CAS. A regressão simples efetuada revelou que os itens de autocontrolo comportamental explicam 27.2% do CAS, enquanto que as subescalas atitudinais da escala de Grasmick e colaboradores explicam 32.79% do CAS, sendo as subescalas *Preferência por Tarefas Simples* e *Egocentrismo* aquelas que o predizem significativamente. Os itens comportamentais e atitudinais de autocontrolo explicam 50% do comportamento anti-social. Um resultado importante é que os itens comportamentais não perdem significância quando se adicionam as subescalas atitudinais, o que significa que estamos perante uma medida forte de autocontrolo, que adiciona explicação ao fenómeno (comportamento anti-social), e que não é, por isso, redundante a sua utilização. Apesar de a escala de autocontrolo comportamental utilizada neste trabalho resultar de uma escala que mede o CAS e, portanto, esteja expectavelmente altamente associada a essa medida, a escala atitudinal de autocontrolo continua a

contribuir significativamente para a variância do comportamento anti-social. Estes resultados estão em conformidade com estudos que apontam para a inexistência de diferenças significativas entre estes dois tipos de medida, demonstrando que ambas constituem bons preditores do crime e comportamentos análogos, incluindo comportamentos anti-sociais, e são igualmente adequadas para testar a Teoria Geral do Crime (Engel, 2012; Marcus, 2003; Unnever et al., 2003).

Finalmente, para testar a premissa central da Teoria Geral do Crime, que postula que o crime e comportamentos análogos podem ser explicados através de dois construtos principais - baixo autocontrolo e oportunidade -, foram utilizadas medidas de oportunidade e de avaliação dos comportamentos anti-sociais. Os resultados obtidos demonstraram que as subescalas da Escala de Baixo Autocontrolo explicam 40.8% do CAS, sendo os fatores *Preferência por Tarefas Simples*, *Tendência para a Tomada de Risco* e *Egocentrismo* aqueles que o predizem significativamente, e, quando se adiciona a medida de oportunidade, o modelo explica 52.2% do fenómeno, o que significa que a oportunidade contribui aproximadamente com 12% para a explicação do CAS. Estes resultados parecem incongruentes com o que é defendido por Gottfredson e Hirschi na GTC, uma vez que, embora o baixo autocontrolo explique uma grande parte do comportamento anti-social, e também a variável oportunidade contribua para a explicação desse fenómeno, estas duas variáveis em conjunto apenas explicam aproximadamente metade do CAS, o que significa que outros fatores contribuirão igualmente para a sua explicação. Isto vai ao encontro do que tem sido demonstrado por outros autores, nomeadamente que outros construtos adicionais predizem o envolvimento em comportamentos criminosos e num vasto leque de problemas comportamentais - incluindo comportamentos anti-sociais-, além do efeito do baixo autocontrolo e da oportunidade (Mayone & Arneklev, 2015).

Em suma, com base nos resultados obtidos, pode concluir-se que a Escala de Baixo Autocontrolo proposta (novo modelo composto por 20 itens) possui validade fatorial; apresenta valores, no geral, aceitáveis de consistência interna; detém de validade convergente, correlacionando-se significativamente com outra medida de autocontrolo; é também, de modo geral, invariante quando consideradas características sociodemográficas da

amostra; e constitui um bom preditor do comportamento anti-social, a par com uma medida comportamental de autocontrolo.

## **VI - Conclusões**

A Escala de Baixo Autocontrolo de Grasmick e colaboradores tem sido a medida mais utilizada na avaliação do autocontrolo, uma vez que proporciona a operacionalização das seis dimensões teóricas deste construto tal como ele é formulado por Gottfredson e Hirschi, na sua Teoria Geral do Crime (1990). Muitos trabalhos interessados em testar as suas predições têm recorrido a esta medida, sendo, portanto, utilizada numa enorme diversidade de investigações relacionadas com os comportamentos anti-sociais e desviantes. Contudo, em Portugal, à exceção do estudo que visou a sua adaptação para a população portuguesa, não se observam estudos deste instrumento. A presente investigação procurou preencher essa lacuna, propondo-se a examinar as suas características psicométricas, numa amostra de jovens adultos portugueses.

É consensual que o autocontrolo influencia a vida dos indivíduos num vasto leque de domínios, nomeadamente ao nível do comportamento desviante, da saúde, do desempenho escolar, da adaptação ao emprego, das relações interpessoais, da regulação das emoções, entre outros. Daí a necessidade de um instrumento que permita avaliar de forma fidedigna este construto e que, ao mesmo tempo, beneficie de um quadro teórico de referência que permita uma interpretação mais simples dos resultados.

Os resultados das análises apresentadas apontam no sentido de que, embora sejam necessários mais estudos, a Escala de Baixo Autocontrolo representa um instrumento promissor para o estudo de diversas formas de inadaptção social na população portuguesa e, como tal, poderá ser utilizada em contexto de avaliação psicológica. Neste sentido, estudos futuros deverão desenvolver os dados normativos desta escala para o contexto português, numa amostra de dimensão suficientemente representativa, para que a escala possa finalmente ser incorporada nos protocolos de avaliação psicológica.

Contudo, este trabalho tem algumas limitações que devem ser consideradas: a primeira refere-se ao tamanho da amostra, sendo que estudos futuros deverão replicar este estudo numa amostra significativamente maior.

Posteriormente, esta investigação foi conduzida numa amostra da população geral, pelo que deve ser feita a sua generalização para outras amostras conhecidas pelos seus défices de autocontrolo, designadamente constituídas por participantes com comportamento anti-social ou outras formas de comportamento de risco. Estudos futuros deverão replicar este desenho e metodologia numa amostra forense, no sentido de testar se os resultados e estrutura fatorial se mantêm. Além disso, a amostra aqui utilizada tinha um nível de escolaridade bastante acima da média, o que poderá limitar a generalização dos seus resultados para a comunidade em geral.

Adicionalmente, novos estudos deverão ainda testar a invariância de medida da Escala de Baixo Autocontrolo através da condução de análise confirmatória multigrupos, como forma de averiguar se a estrutura fatorial é invariante entre diferentes amostras (i.e., se há diferenças significativas na sua estrutura fatorial entre diferentes grupos amostrais: por exemplo pessoas com *versus* sem comportamento anti-social; pessoas da população geral *versus* pessoas com psicopatologia). Esta análise é fundamental para proceder a estudos comparativos de diferenças entre estes grupos no que diz respeito ao autocontrolo. Só a partir deste procedimento, poderemos utilizar, com rigor, esta escala em diferentes grupos populacionais, nomeadamente quando o objetivo científico passar pela sua comparação (o que não foi o propósito do presente estudo). Outra possibilidade é a realização de estudos transculturais, uma vez que este instrumento está traduzido em várias línguas, o que permitiria testar de forma mais completa não só as características psicométricas da escala, como também as hipóteses centrais da Teoria Geral do Crime.

Sendo este um estudo das propriedades psicométricas, outra limitação foi a utilização de uma metodologia de natureza transversal que não permite estabelecer relações de causalidade entre variáveis. Estudos futuros deverão construir desenhos longitudinais, a fim de testar a estabilidade temporal da escala e a sua sensibilidade à mudança (particularmente útil em estudos experimentais de intervenções clínicas, de forma a verificar se a escala é capaz de medir mudança terapêutica).

Espera-se, assim, contribuir para a investigação do autocontrolo em Portugal e para o domínio da avaliação psicológica forense.

## Bibliografia

- Agulhas, R., & Anciães, A. (2015). *Casos práticos em Psicologia Forense – Enquadramento legal e avaliação pericial*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Arneklev, B. J., Elis, L., & Medlicott, S. (2006). Testing the General Theory of Crime: Comparing the Effects of “Imprudent Behavior” and an Attitudinal Indicator of “Low Self-Control”. *Western Criminology Review*, 7(3), 41-55.
- Arneklev, B. J., Grasmick, H., & Bursik, R. J. (1999). Assessing the dimensionality and invariance of “low self-control.” *Journal of Quantitative Criminology*, 15(3), 307-331.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th Ed.): DSM-V. Washington, DC: APA.
- Baião, R., Gilbert, P., McEwan, K., & Carvalho, S. (2015). Forms of Self-Criticising/Attacking & Self-Reassuring Scale: Psychometric properties and normative study. *Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 88, 438-452.
- Baumeister, R. F., & Heatherton, T. F. (1996). Self-regulation failure: An overview. *Psychological Inquiry*, 7, 1–15.
- Baumeister, R. F., Vohs, K. D., & Tice D. M. (2007). The strength model of self-control. *Current Directions in Psychological Science*, 16, 351–355.
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., Delisi, M., & Vaughn, M. G. (2017). Multiple Pathways to Juvenile Recidivism: Examining Parental Drug and Mental Health Problems, and Markers of Neuropsychological Deficits Among Serious Juvenile Offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 34(1), 1-21.

- Boals, A., VanDellen, M. R., & Banks, J. B. (2011). The relationship between self-control and health: The mediating effect of avoidant coping. *Psychology & Health, 26*(8), 1049-1062.
- Burke, J. D., & Loeber, R. (2014). The effectiveness of the Stop Now and Plan (SNAP) Program for boys at risk for violence and delinquency. *Prevention Science, 16*, 242-253.
- Caspi A., Houts R. M., Belsky D. W., Harrington H., Hogan S., Ramrakha S., Poulton, R., & Moffitt, T. E. (2016). Childhood forecasting of a small segment of the population with large economic burden. *Nature Human Behavior, 1*(1). DOI: 10.1038/s41562-016-0005.
- Churchill Jr, G. A., & Peter, J. P. (1984). Research design effects on the reliability of rating scales: A meta-analysis. *Journal of Marketing Research, 21*(4), 360-375.
- Delisi, M., Hochstetler, A., & Murphy, D. S. (2003). Self-control behind bars: A validation study of the Grasmick et al. Scale. *Justice Quarterly, 20*, 241-263.
- Duckworth A. L., Gendler T. S., & Gross J. J. (2014). Self-control in school age children. *Educational Psychologist, 49*(3), 1-19.
- Duckworth, A. L., & Kern, M. L. (2011). A meta-analysis of the convergent validity of self-control measures. *Journal of Research in Personality, 45*(3), 259-268.
- Duckworth, A. L., Quinn, P. D., & TsuKayama, E. (2012). What No Child Left Behind Leaves Behind: The role of IQ and Self-Control in predicting standardized achievement test scores and report card grades. *Journal of Educational Psychology, 104*(2), 439-451.
- Duckworth, A. L., & Seligman, M. E. P. (2005). Self-discipline outdoes IQ in predicting academic performance of adolescents. *Psychological Science, 16*(12), 939-944. DOI: 10.1111/j.1467-9280.2005.0164.x

- Duckworth A. L., & Steinberg, L. (2015). Unpacking self-control. *Child Development Perspectives*, 9(1), 32–37.
- Engel, C. (2012). Low self-control as a source of crime: A meta-study. *Preprints of the Max Planck Institute for Research on Collective Goods*.
- Fonseca, A. C. (2002). Uma escala de autocontrolo: Dados preliminares para a população portuguesa. *Psychologica*, 30, 193-202.
- Fonseca, A. C. (2015). Transição para a vida adulta: o papel do autocontrolo. In António Castro Fonseca (Eds.), *Jovens Adultos* (pp.133-162). Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. C., Simões, A., Rebelo, J. A., Ferreira, J. A., & Cardoso, F. (1995). Comportamentos anti-sociais referidos pelos próprios alunos: Novos dados para a população portuguesa do ensino básico. *Psychologica*, 14, 39-57.
- Fonseca, A.C. (2008). Projeto comportamento anti-social e problemas de saúde mental em jovens adultos: continuidades e descontinuidades. *Estudo Longitudinal de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Gibbs, J. J., & Giever, D. (1995). Self-Control and Its Manifestations Among University Students: An Empirical Test of Gottfredson and Hirschi's General Theory. *Justice Quarterly*, 12(2), 231-255.
- Gibbs, J. J., Giever, D., & Higgins, G. E. (2003). A test of Gottfredson and Hirschi's general theory using structural equation modeling. *Criminal Justice and Behavior*, 30, 441-458.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A General Theory of Crime*. Stanford, CS: Stanford University Press.
- Gouveia, V. V., Santos dos, W. S., Guerra, V. M., Fonseca da, P. N., & Gouveia, R. S. V. (2013). Escala de Autocontrolo: adaptação

brasileira e evidências de validade de construto. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 379-386.

Grasmick, H. G., Tittle, C. R., Bursik, R. J., & Arneklev, B. J. (1993). Testing the core empirical implications of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30, 5-29.

Heilbrun, K., Grisso, T., & Goldstein (2009). *Foundations of forensic mental health assessment*. New York: Oxford University Press.

Higgins, G. E. (2007). Examining the Original Grasmick Scale: A Rasch Model Approach. *Criminal Justice and Behavior*, 34(2), 157-178.

Hirschi, T., & Gottfredson, M. (1993). Commentary: Testing the general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30, 47-54.

Honken, N., Ralston, P. A., & Tretter, T. R. (2016). Self-Control and Academic Performance in Engineering. *American Journal of Engineering Education*, 7(2), 47-58.

Ivert, A., Andersson, F., Svensson, R., Pauwels, L., & Levander, M. (2018). An examination of the interaction between morality and self-control in offending: A study of differences between girls and boys. *Criminal Behavior and Mental Health*. DOI: 10.1002/cbm.

Jo, Y., & Armstrong, T. (2018). The Development of a Self-Control in Late Adolescence: An Analysis of Trajectories and Predictors of Change Within Trajectories. *Internacional Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(1), 50-72.

Kline, R. B. (2005). *Principles and practice of structural equation modeling* (2nd ed.). New York: Guilford.

Lance, C. E., Butts, M. M., & Michels, L. C. (2006). The sources of four commonly reported cutoff criteria: What did they really say?. *Organizational Research Methods*, 9(2), 202-220.

- Loeber, R., Farrington, D. P., Stouthamer-Loeber, M., & Van Kammen, W. B. (1998). *Antisocial behaviour and mental health problems: Explanatory factors in childhood and adolescence*. London: LEA.
- Longshore, D., Turner, S., & Stein, J. A. (1996). Self-control in a criminal sample: An examination of construct validity. *Criminology*, *34*, 209-228.
- Longshore, D., & Turner, S. (1998). Self-control and Criminal Opportunity: Cross-sectional test of the General Theory of Crime. *Criminal Justice and Behaviour*, *25*(1), 81-98.
- MacCallum, R. C., Widaman, K. F., Zhang, S., & Hong, S. (1999). Sample size in factor analysis. *Psychological Methods*, *4*(1), 84-99.
- Marcus, B. (2003). An empirical examination of the construct validity of two alternative self-control measures. *Educational and Psychological Measurement*, *63*, 674–706.
- Marôco, J. (2010). *Análise de Equações Estruturais: Fundamentos teóricos, Software e Aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Mayone, M. A., & Arneklev, B. J. (2015). Curiosity, Low Self-Control and Deviance: An Exploratory Study. *Florida Atlantic University Undergraduate Research Journal*, *4*(1), 1-13.
- Meehan, K. B., Panfilis, C., Cain, N. M., & Clarkin, J. F. (2013). Effortful control and externalizing problems in young adults. *Personality and Individual Differences*, *55*, 553-558.
- Miller, H. V., Barnes, J. C., & Beaver, K. M. (2011). Self-control and health outcomes in a nationality representative sample. *American Journal of Health and Behavior*, *35*(1), 15-27. doi: 10.5993/AJHB.35.1.2.
- Moffitt T., Arseneault L., Belsky D., Dickson N., Hancox R. J., Harrington H., Houts, R., Poulton, R., Roberts, B., Ross, S., Sears, M., Thomson, W., & Caspi, A. (2011). A gradient of childhood self-control predicts

- health, wealth, and public safety. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 108(7), 2693-2698.
- Muraven, M., Baumeister, R. F., & Tice, D. M. (1999). Longitudinal improvement of self-regulation through practice: Building self-control strength through repeated exercise. *The Journal of Social Psychology*, 139(4), 446-457.
- Patton, J. H., Stanford, M. S., & Barratt, E. S. (1995). Factor structure of the Barratt Impulsiveness Scale. *Journal of Clinical Psychology*, 6, 768-764.
- Piquero, A. R., Jennings, W., & Farrington, D. P. (2010). On the malleability of self-control: Theoretical and policy implications regarding a general theory of crime. *Justice Quarterly*, 27, 803-834.
- Piquero, A. R., MacIntosh, R., & Hickman, M. (2000). Does self-control affect survey response? Applying exploratory, confirmatory and item response theory analysis to Grasmick et al.'s Self-control Scale. *Criminology*, 38, 897-930.
- Piquero, A. R., & Rosay, A. B. (1998). The reliability and validity of Grasmick et al.'s self-control scale: A comment on Longshore *et al.*. *Criminology*, 36(1), 157-173.
- Poeschl, G., Múrias, C., & Costa, E. (2004). *Análise Social*, 39(171), 365-387.
- Pratt, T. C., & Cullen, F. T. (2000). The empirical status of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime: A meta-analysis. *Criminology*, 38, 931-964.
- Raubenheimer, J. (2004). An item selection procedure to maximise scale reliability and validity. *SA Journal of Industrial Psychology*, 30(4), 59-64.

- Ren, L., Zhao, J., & Luo, Y. (2018). Testing the Dimensionality of Low Self-Control Across Three Groups of Chinese Adolescents. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 34(2), 168-195.
- Ridder, D. T. D., Mulders-Lensvelt, G., Finkenauer, C., Stok, F. M., & Baumeister, R. F. (2012). Taking Stock of Self-Control: A Meta-Analysis of How Trait Self-Control Relates to a Wide Range of Behaviours. *Personality and Social Psychology Review*, 16(1), 76-99.
- Simões, M. R. (2005). Potencialidades e limites do uso de instrumentos no processo de avaliação psicológica. *Psicologia, Educação e Cultura*, 9(2), 237-264.
- Standford, M. S., Mathias, C. W., Dougherty, D. M., Lake, S. L., Anderson, N. E., & Patton, J. H. (2009). Fifty years of the Barratt Impulsiveness Scale: An update and review. *Personality and Individual Differences*, 47, 385-395.
- Steinberg, L., Cauffman, E., Woolard, J., Graham, S., & Banich, M. (2009). Are adolescents less mature than adults? Minors' access to abortion, the juvenile death penalty, and the alleged APA "flip-flop". *American Psychologist*, 64(7), 583-594.
- Tabachnick, B., & Fidell, L. (2007). *Using multivariate statistics*. New York: Pearson Education Inc.
- Tangney, J. P., Baumeister, R. F., & Boone, A. L. (2004). High self-control predicts good adjustment, less pathology, better grades, and interpersonal success. *Journal of Personality*, 72(2), 271-322.
- Tittle, C. R., Ward, D. A., & Grasmick, H. G. (2003). Self-control and Crime/Deviance: Cognitive vs. Behavioral Measures. *Journal of Quantitative Criminology*, 19(4), 333-365.
- Turner, M. G., & Piquero, A. R. (2002). The stability of self-control. *Journal of Criminal Justice*, 30(6), 457-471.

- Unnever, J. D., Cullen, F. T., & Pratt, T. C. (2003). Parental management, ADHD, and delinquent involvement: Reassessing Gottfredson and Hirschi's general theory. *Justice Quarterly*, *20*, 471-500.
- Vazsonyi, A. T., Mikuška, J., & Kelley, E. L. (2017). It's time: A meta-analysis on the self-control-deviance link. *Journal of Criminal Justice*, *48*, 48-63.
- Vazsonyi, A. T., Pickering, L. E., Junger, M., & Helsing, D. (2001). An empirical test of a general theory of crime: A four-nation comparative study of self-control and the prediction of deviance. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, *38*, 91-131.
- Vazsonyi, A. T., Roberts, J., & Huang, L. (2015). Hirschi's reconceptualization of self-control: Is truth truly the daughter of time? Evidence from eleven cultures. *Journal of Criminal Justice*, *43*, 59-68.
- Venables, N. C., Foell, J., Yancey, J. R., Beaver, K. M., Iacono, W. G., & Patrick, C. J. (2018). Integrating criminological and mental health perspectives on low self-control: A multi-domain analysis. *Journal of Criminal Justice*, *56*, 2-10.
- Walters, G. D. (2016). Are Behavioral Measures of Self-Control and the Grasmick Self-Control Scale Measuring the Same Construct? A Meta-Analysis. *American Journal of Criminal Justice*, *41*, 151-167.
- Willems, Y. E., Dolan, C. V., Beijsterveldt van, C., Zeeuw, E., Boomsma, D. I., Barlets, M., & Finkenauer, C. (2018). Genetic and Environmental Influences on Self-Control: Assessing Self-Control with the ASEBA Self-Control Scale. *Behavior Genetics*, *48*, 135-146.
- Williams, M. W. M., Fletcher, R. B., & Ronan, K. R. (2007). Investigating the theoretical construct and invariance of the self-control scale using confirmatory factor analysis. *Journal of Criminal Justice*, *35*, 205-218.

Wolfe, S. E., & Hoffmann, J. P. (2016). On the measurement of low self-control in Add Health and NLSY79. *Psychology, Crime & Law*, 22(7), 619-650.

## **Anexos**

**Anexo A** – Correlações de Pearson entre os 6 fatores da Escala de Baixo Autocontrole; bem como entre as 6 subescalas e as medidas de autocontrole comportamental e de oportunidades de comportamento desviante.

Subescalas	IMP	TS	TR	AF	EGO	TEXP	AcComp	OP
1. Impulsividade	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Preferência por Tarefas Simples	.337**	-	-	-	-	-	-	-
3. Tendência para a Tomada de Risco	.450**	.124	-	-	-	-	-	-
4. Preferência por Atividades Físicas	.125	-.34	.340**	-	-	-	-	-
5. Egocentrismo	.388**	.282**	.664**	.154	-	-	-	-
6. Temperamento Explosivo	.430**	.243*	.293**	-.035	.405**	-	-	-
7. Escala de Autocontrole Comportamental	.327**	.078	.412**	.108	.321**	.244**	-	-
8. Escala de Oportunidades de Comportamento Desviantes	.175	.203*	.273**	.254**	.245**	.073	.502**	-

\*\* p < .01  
\* p < .05

Legenda: IMP – Impulsividade; TS – Preferência por Tarefas Simples; TR – Tendência para a Tomada de Risco; AF – Preferência por Tarefas Simples; EGO – Egocentrismo; AcComp – Escala de Autocontrole Comportamental; OP – Escala de Oportunidades de Comportamentos Desviantes.